



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 27 DE JUNHO DE 2019

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó.-----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, estiveram ausentes os Deputados: Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Estela Maria de Jesus Teixeira, Alexandre Monteiro Alves, substituído por Rogério António de Lima, e Vítor Carlos Alves Borges, substituído por André José Teixeira Pinto.-----

Os Deputados Filomena Margarida Gonçalves Marques e Luís Horácio Macedo dos Santos, que não estavam presentes aquando da chamada, chegaram às 14h45 e 14h41, respetivamente.-----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues e Luís Azevedo. O Sr. Presidente da Câmara teve de se ausentar, por compromissos prévios, às 17h30.-----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Srs. Secretários Mário Vaz e Denisa Simão.-----

Verificada a existência de "quórum" foi aberta a sessão quando eram 14.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:-----

PONTO 1: Exposição do Sr. Presidente da Câmara;-----

PONTO 2: Relatório da Comissão do Património Cultural;-----

PONTO 3: Pedido de reconhecimento do interesse das populações, da economia local e do turismo na execução das obras de requalificação da área envolvente ao Santuário da Nossa Senhora da Boa Morte no Pópulo;-----

PONTO 4: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2019;-----

PONTO 5: Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2019;-----

PONTO 6: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2019;-----

PONTO 7: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas portuárias náuticas, para o ano de 2019;-----

PONTO 8: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020;-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



- PONTO 9:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à exploração das modalidades de jogos de fortuna ou azar, com exceção dos jogos sociais à cota de base territorial, nos termos do Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 10:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das estradas nos perímetros urbanos e dos equipamentos e infraestruturas nelas integradas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 11:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência, rede de julgados de paz e apoio às vítimas, nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 12:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, no que concerne à proteção civil, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 13:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne a lojas de cidadão, espaços cidadão, gabinetes de apoio aos emigrantes, centros locais de apoio à integração de migrantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 14:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à habitação, nos termos do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 15:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao património imobiliário público, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 16:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao estacionamento público, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020; -----
- PONTO 17:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, nos domínios de proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020; -----
- PONTO 18:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à Cultura, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020; -----
- PONTO 19:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2020; --
- PONTO 20:** Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019, para o ano de 2020; -----



PONTO 21: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2020; -----

PONTO 22: Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2020; -----

PONTO 23: Proposta de delegação de competências de autoridade municipal de transportes na CIMDOURO, ao abrigo da Lei n.º 52/2015, de 09/06; -----

PONTO 24: Presente a 19.ª modificação aos DP2019 – Revisão; -----

PONTO 25: Presente pedido de assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2020 e 2021, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da lei n.º 8/2012 de 21/02 e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, para aquisição de energia elétrica, para os anos económicos de 2020/2021; -----

PONTO 26: Proposta de suspensão parcial do PDM_Equipamentos: Forças de Segurança e Administração Local; -----

PONTO 27: Pedido de dois lugares de estacionamento reservado a cargas e descargas e clientes dos CTT, na Rua Comendador José Rufino, em Alijó, para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo i da Lei n.º 75/2013, de 12/09; -----

PONTO 28: Presente petição pública pela completa requalificação e reabertura da linha do Douro (Ermesinde-Barca de Alva e subsequente ligação a Salamanca). -----

PRESIDENTE DA MESA: Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados e um cumprimento especial ao público. Obrigado pela vossa presença. -----

Procede à tomada de posse do deputado Rogério Lima.-----

DEPUTADO ROGÉRIO LIMA (PPD/PSD.CDS-PP): Eu, Rogério António de Lima, juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS** -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação a aprovação da ata de 30 de abril. Solicita aos deputados que queiram intervir para se inscreverem. Não se tendo realizado inscrições, procede à votação para aprovação da ata da reunião da Assembleia Municipal de 30 de abril.-----

A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se ausentado da votação os deputados Rogério Lima, André Pinto, Marlene Henrique e Evaristo Hipólito, por não terem estado presente na sessão em causa. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

4

Chamo à atenção de que legalmente, e nunca foi feito nesta Assembleia, estas votações vão ter que identificar os deputados que se abstêm, por nome. Não só por grupo municipal, mas por nome. O que não tem sido feito, e que recentemente me chamaram à atenção quando eu fui apresentar uma questão de contencioso, mas foi exterior aqui à nossa Assembleia. Continuei com o histórico, mas estávamos errados. -----
Na qualidade de Presidente desta Assembleia, quero recordar e recomendar uma vez mais, como diria o poeta: "até que a voz me doa", e insisto, que há terminologia que deve ser, não só evitada, isto é repetição minha, mas banida das intervenções dos Srs. Deputados. Por favor, não respondam a provocações. Sejamos inteligentes e superiores e saibamos filtrar o que é importante. A não-resposta à provocação é para mim um ato de inteligência e não um ato de desprezo. Não alimentar as provocações, por favor. Não as podemos evitar porque não temos o dom de saber o que é que se vai ser dito. Mas é para todos. -----
Queria fazer também uma outra reflexão sobre o último ato eleitoral, as eleições europeias. Eu não pretendo transpor o nível de abstenção verificado neste último ato eleitoral. As eleições europeias não são as legislativas e muito menos as autárquicas. Todos nós sabemos isso. Mas o que aconteceu foi que 7sete eleitores (até mais, sete vírgula qualquer coisa), em cada 10, abstiveram-se aqui no nosso concelho. Ou seja, sete cidadãos em cada dez não apareceram nos locais de voto. Isto é preocupante. Uma coisa é o nacional, mas aqui no nosso Concelho, eu acho que é muito preocupante. Se não podemos transpor este nível de abstenção, devemos vê-lo como um barómetro do nível de desinteresse da nossa sociedade e a demonstração da distância entre os cidadãos e os políticos. Cabe-nos a nós, todos nós, no nosso pequeno círculo, no nosso concelho, inverter ou tentar inverter esta situação. Mas para isso devemos dedicar-nos a discutir os problemas reais, palpáveis, que afetam os cidadãos do nosso concelho e menos alimentar as tricas e dialéticas políticas que só contribuem para o descrédito político. Este é um pensamento que é genérico, é um *dejá vu*, mas insisto para que haja um pouco de contenção. -----
Relativamente à Assembleia Municipal anterior, em que não estive presente, eu tive uma chamada de atenção do Deputado Luís Lameiras sobre o *e-mail*. Ele, efetivamente, caiu no *spam*, no lixo, por assim dizer, mas isso acontece a nível profissional, pelo que pode acontecer muitas vezes. Só damos conta quando nos chamam à atenção ou nos telefonam a dizer que nos mandaram um *e-mail*. -----
Quanto ao senhor Deputado Cláudio Vilela, há aí uma frase que diz "às escondidas". Eu não escondo o que quer que seja. Sou transparente, e quem me conhece sabe que eu não guardo nada na manga, nem tenho que guardar. Embora ocasionalmente me veem num lugar político, eu não sou político. Não tenho submissão a qualquer partido. Nem tenho dialética de juristas, nem de diplomatas. Portanto, direi mesmo que tenho direito a indignar-me, e, como disse aqui o Deputado António Fernandes, permita-me também utilizá-lo, a idade é um posto. Já perdi os filtros, mas não perdi a educação. -----
É só esta reflexão, genérica para todos os deputados. Mas quero dizer que quando perco os filtros não sou mal-educado. Tento manter sempre esta postura. -----
Seguidamente, quero dar nota da correspondência que chegou, e nós selecionamos, e faço menção apenas de uma delas, que é a mais importante, que é a da FENPROF, de um

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

pedido de não-aceitação da transferência de competências na área da Educação. Nem a propósito, chegou esta nota da FENPROF - Sindicato dos professores. -----

Passo então, dadas estas notas e reflexões, a abrir o período de inscrições. -----

PRESIDENTE DA MESA: Solicito aos Srs. Deputados que pretendem intervir para se inscreverem. -----

Deu a palavra ao Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Quero fazer aqui apenas uma pequena consideração em relação às eleições europeias, e corroboro na íntegra aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse. De facto, estas eleições, são as eleições que maior abstenção tem. E não é por acaso que isso acontece. Eu julgo que tem muito a ver com a descredibilização da política e dos políticos, e o exemplo, na minha perspetiva, começa logo nas bases. Refiro-me, concretamente, às autarquias. Há que refletir acerca desta problemática e ter uma ação política eticamente aceitável. Muitas vezes isso não acontece. -----

Depois, trago aqui algumas questões, que são repetidas, mas que eu não me canso de as colocar enquanto não vir que há andamento relativamente a elas. Já aqui coloquei várias vezes a questão do saneamento na Avenida do Areal, na reta final desta avenida. Da última vez que coloquei esta questão, o Sr. Presidente disse-me que o projeto estava pronto. Pergunto-lhe novamente em que fase é que está esta questão; para quando o início das obras relativamente ao saneamento. -----

Depois, coloquei também a questão do Bairro Social em São Mamede. Disse-me na reunião passada que conhece muito bem o estado em que se encontra o Bairro Social. Se o conhece muito bem, sabe que é deplorável o estado em que ele se encontra. Disse-me que estavam a elaborar uma estratégia para fazer face ao mau estado em que se encontrava. Disse-me também que antevia uma medida e que iam aproveitar fundos que possam haver eventualmente, não sabe muito bem se vai haver ou se não vai haver. E eu perguntava-lhe se já foi feita alguma coisa relativamente a esta questão, uma vez que, por aquilo que eu sei, até porque foi publicitado, e porque foi publicitado quer no *site* da Câmara Municipal, quer através do Facebook, foi assinado um contrato para o Bairro Social de Alijó. Portanto, isto é um problema mesmo grave e que urge resolver, a questão do Bairro Social em São Mamede, e outros que, eventualmente, possam estar num estado deplorável. -----

Em relação ao muro do Bairro Social de São Mamede, que eu saiba, continua caído desde o Natal. Para quando a recolocação do muro? -----

Depois, trazia aqui também algumas questões em relação ao Pinhão, e que também são recorrentes. A primeira delas tem a ver com o Posto de Turismo. O Sr. Presidente também me disse na última Assembleia Municipal que se continua com problemas na elaboração dos conteúdos e que a empresa responsável por isso não progride. Bem, já iniciámos o verão, estamos em pleno verão, mas no Pinhão o turismo não é só no verão. É também na primavera e é também durante todo o ano. Que eu saiba, não existe Posto de Turismo, e para mim, continuo a incidir que esta é uma questão urgente – ter um Posto de Turismo à altura no Pinhão. -----



Depois, uma outra questão, que está intimamente ligada com o turismo, que diz respeito à Estação do Pinhão. Toda a gente sabe e é sobejamente conhecido que o turismo floresce, e muito, no Pinhão. Passam milhares e milhares de turistas pela Estação do Pinhão, por exemplo, para fotografar os painéis azulejares, que retratam um pouco daquilo que é a história da nossa Região do Douro. E o que é que acontece em relação à Estação do Pinhão? Acontece que o agente, a pessoa que está em serviço na bilheteira, se eventualmente está de folga ou mete um dia de licença ou mesmo de férias, que foi aquilo que aconteceu este ano e aquilo que acontece, as portas da estação estão encerradas. A estação está fechada. E portanto, os passageiros têm que entrar por um portão que existe ao lado do edifício da estação. Isto é absolutamente inaceitável. E eu sugeria, só uma sugestão, ao Sr. Presidente da Câmara, para marcar uma reunião com a CP e com as Infraestruturas de Portugal no sentido de pôr cobro a esta situação. Porque é inadmissível, não existe ninguém para dar informação aos turistas que por aí passam. -----

Uma outra questão, para terminar, e que também está interligada com as anteriores. Tem a ver com o seguinte, isto é apenas uma sugestão: que é o cais descoberto na Estação do Pinhão, que é bastante grande. Se calhar, se houvesse um entendimento entre a Junta de Freguesia do Pinhão, Câmara Municipal e Infraestruturas de Portugal, ali aquele espaço iria minorar, não iria acabar, mas iria minorar alguns problemas de trânsito que têm a ver com a rua principal que atravessa o Pinhão, a Rua António Manuel Saraiva. Era uma boa medida, se houvesse um entendimento entre estas três partes. Terminei.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Eu começo por saudar todos, já não os vejo por aqui desde abril, não é verdade? E começo por dar os parabéns à organização da Feira das Tripas de Sanfins do Douro, que também teve o auxílio da Junta de Freguesia e do Município. Correu muito bem, estive lá presente, gostei da iniciativa, que já é recorrente e muito bem organizada. -----

Venho também dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Vila Verde e a toda a população pela celebração do dia do Corpo e Deus, e é extensível às restantes localidades que também realizam este tipo de festejos e as passeadeiras. Desculpem se não me consegui recordar das outras que fazem as ditas passeadeiras. -----

Dar também os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Favaios e agradecer o convite que, infelizmente, não pude estar presente na celebração da elevação da aldeia de Favaios a vila, mas vi os festejos. -----

Dar os parabéns também à União de Freguesias de Castedo e Cotas pela organização da sua Feira de Produtos da Terra, que também correu muito bem, vendo as fotografias. Também não pude estar presente, e as minhas desculpas.-----

Agora, dar conta da minha presença na Assembleia Intermunicipal. A Assembleia Intermunicipal, que se realizou em abril, em Foz Côa, no Museu do Côa. Ali foi debatido, entre outros temas, mas este que me é bastante caro, a situação da Casa do Douro. Desceu um projeto de lei da Casa do Douro à Assembleia da República, e efetuado esse projeto de lei pelas esquerdas, em que diziam que a Casa do Douro iria ser a salvação do Douro, a revitalização, o renascimento, a ressurreição da Casa do Douro, ia ser uma coisa muito boa



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

para a região. Afinal, o Sr. Presidente da República não achou isso. Por isso é que a Casa do Douro regressou à Assembleia da República, pelos vistos, vai ser discutida na próxima semana. Afinal não era assim uma coisa tão boa, aquilo que fez crer e que mostrou a esquerda, o PS, o BE, o PCP, todos eles que contribuíram para este documento. A direita nalguma coisa tinha razão, e o Sr. Presidente da República pelos vistos também achou que a coisa não estará assim tão bem, senão não tinha devolvido o documento. -----

Dar os parabéns, também, a São Mamede de Ribatua, que, recorrentemente e ainda bem, realizou as marchas de São João, e bem. Como podemos ver, corre bem, as pessoas participam, é bonito de se ver e dar os parabéns a quem se dispõe a essas atividades para mostrar as tradições e para mostrar que as forças vivas do Concelho estão presentes e que as freguesias e a autarquia estão presentes para auxiliar a que essas iniciativas cheguem a bom porto. -----

Eleições europeias. É recorrente a percentagem de abstenção nas eleições europeias. Mas isto é um problema geral, não é um problema local, autárquico, como algumas pessoas querem fazer crer e querem alertar. Isto é um problema geral. Agora, cabe aos políticos, cabe às pessoas que fazem política, à política nacional, conseguirem cativar o eleitorado para aderir à votação e para diminuir essa percentagem de abstenção. E como alguém diria, uma coisa não tem nada a ver com a outra: poder local e poder nacional e poder e as instâncias europeias. Estamos a falar de eleições para o Parlamento Europeu. E como alguém diria, a estrada da Beira não tem nada a ver com a beira da estrada. Não vamos aqui misturar as coisas. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Cumprimenta os presentes. -----

Quero dar os parabéns às Marchas de Ribatua e ao seu grande mentor Hernâni Vieira. Estivemos (as marchas) aqui em Alijó, vamos a Santa Eugénia – já agora permitam-me fazer um pouco de publicidade – iremos também a Fonte Longa, Município de Carrazeda de Ansiães, no dia 30 de junho à tarde. -----

Passo a outro ponto e peço ao Sr. Presidente da Câmara que nos esclareça sobre um assunto que há tempos divulgou em entrevista num órgão de comunicação social do distrito em que referia a construção de um canil em Alijó e até adiantou valores de obra envolvidos. Ora como há muitos cães e gatos abandonados a vaguear pela vila de Alijó e por todo o município, esta obra poderia resolver o problema, pese embora a proibição do abate de animais nos canis. -----

Relativamente às comunicações móveis – Há mais ou menos um ano atrás fiz uma intervenção nesta Assembleia no sentido da Câmara interferir junto dos operadores de telecomunicações para corrigirem, ampliando o sinal, de modo a que em alguns pontos do município designadamente S. Mamede Ribatua, fosse possível ter cobertura aceitável. Passado o tempo e não havendo qualquer esclarecimento do Sr. Presidente posso anunciar que tive informação de fonte segura que o posto ou antena retransmissora já está em construção. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

8
[Handwritten signature]

Também referindo a propriedade pertença da Câmara em S. Mamede Ribatua, por baixo da Associação Santo Mamede, referi aqui do estado de abandono em que se encontrava e encontra e da urgência de limpar o espaço. No tempo o Sr. Vice-Presidente afirmou que iria numa segunda fase proceder à limpeza e remoção do lixo. Ora está mesmo em tempo de o fazer para minimizar o risco de incêndio e para que os turistas que frequentemente visitam aquele miradouro natural, de onde se vê a albufeira do Rio Tua, não fixem um mau retrato da bela paisagem natural. -----

Obter esclarecimento sobre o saneamento do Bairro do Areal em S. Mamede Ribatua a despejar a céu aberto para o Ribeiro da Freguesia, um caso de saúde pública, devido a uma rotura numa caixa já há algum tempo. Partindo do princípio que o Sr. Presidente está a par da situação, agradeço que nos diga, aqui, quando pretende resolver este problema urgente, aliás urgentíssimo. -----

Também o que se pronuncie sobre o relatório da Ordem dos Economistas sobre o Rating Municipal Português, em relação ao Município de Alijó. Este estudo aponta para o segundo pior lugar, nos pontos gerais do estudo, em que um deles é o "serviço prestado aos municípios". Termina. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado André Pinto. -----

DEPUTADO ANDRÉ PINTO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Queria apenas agradecer o apoio que foi dado à União de Freguesias de Castedo e Cotas para a realização da Feira dos Produtos. Mais uma vez repetiu-se, e com muito sucesso. Foi um prazer receber todos os que fizeram questão de comparecer. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Pinto. -----

DEPUTADO LUÍS FILIPE PINTO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Queria agradecer ao Município pela colaboração na realização da Feira da Laranja. -----

Queria também dar os parabéns pela forma como decorreu a cerimónia de inauguração do magnífico Miradouro do Ujo. -----

Queria também agradecer ao Município pela colaboração que teve na limpeza do caminho vicinal que liga Serra Folgar ao Castedo. -----

A todos os expositores que estiveram presentes na Feira da Laranja e a todos os que quiseram estar presentes, obrigado. -----

Queria só dar aqui uma dica quanto à caixa de saneamento. Para já, está minimamente solucionada. Não é de forma definitiva, mas, para já, está solucionada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rogério Lima. -----

DEPUTADO ROGÉRIO LIMA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Começo por informar V. Exas. que é um prazer voltar a trabalhar na casa da democracia concelhia. No passado, trabalhei na bancada da Oposição, hoje integrado na maioria, na qual, sem modéstia, ajudarei no trabalho das políticas sociais, culturais e desenvolvimento económico do Concelho. Sei que o Executivo Camarário a que V. Exa. preside tem feito um excelente trabalho nestas áreas e por isso os meus parabéns a todo o executivo. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

9

Posto isto, gostava de dizer que, aquando das negociações das contrapartidas pela construção da Barragem de Foz Tua, entre a Câmara Municipal e a EDP, foi afirmado várias vezes nesta Assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara de então, que a EDP estava obrigada por contrato, no fim da construção da barragem, a fazer uma intervenção na estrada entre Safres e o Amieiro, como contrapartida pelos estragos causados durante a construção da barragem. Ora, Sr. Presidente, passados três anos da conclusão da barragem, a estrada mantém-se com os mesmos problemas que tinha antes. Eu perguntava, por isso, ao Sr. Presidente se tem conhecimento para quando se prevê a intervenção da EDP na estrada entre Safres e Amieiro, ou se, eventualmente, está prevista alguma posição da Câmara para coercivamente obrigar a EDP a fazer os melhoramentos a que se obrigou e que se impõem na referida estrada. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

A minha primeira palavra vai para o Sr. Deputado e Presidente de Junta, Luís Santos, de Pegarinhos – transmitir-lhe um voto de pesar pelo falecimento do seu pai. Proponho aqui a esta Assembleia este voto de pesar. -----

Depois, também felicitar todos os eventos que houveram no Concelho: Vilar de Maçada, Vila Verde, Sanfins do Douro, São Mamede de Ribatua, Castedo e Cotas e Favaios. Com o mesmo calor, saudar todos os eventos que foram realizados neste Concelho, porque isso é a vivacidade, é a nossa alma, é aquilo que conseguimos transmitir uns aos outros. -----

Depois, também queria, muito sinceramente, transmitir aqui algo sobre as eleições europeias. Estou plenamente de acordo com a mensagem do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. É verdade que não são eleições autárquicas, nem eleições legislativas. Mas também é verdade que são eleições. E também é verdade que a quem compete em primeiro é ao Executivo Camarário motivar as pessoas para irem às mesas. Depois, porque é quem tem o poder que tem de criar todas as condições. -----

Depois, também, não podia estar mais de acordo no que concerne às provocações. Não podia estar mais de acordo, Sr. Presidente. Chamou à atenção para um assunto que realmente já estava a baixar o nível nesta Casa. Agora, também lhe digo: com toda a compreensão que esta bancada tem e pode ter, é muito difícil estar permanentemente com assuntos estudados, alguns até puxados da Internet, e com frases feitas, estarmos aqui a ser bombardeados, é muito difícil aguentar e não dar resposta. Seria até um ato de cobardia. Não podemos aceitar isso. Daí eu concordar plenamente com a afirmação do Sr. Presidente. -----

Depois, tenho aqui umas notazinhas para falar, mais arrumadinhas, para falar sobre o que se passa no nosso Concelho. Vou dirigir-me objetivamente já às eleições europeias. Queria-lhes dizer que me congratulo com o modo democrático e sereno como decorreram as eleições europeias, no país e no Concelho de Alijó. E, claro, manifesto a minha satisfação com os resultados, com a vitória do Partido Socialista, também no Concelho de Alijó. O PS venceu em nove das catorze freguesias e uniões de freguesias do Concelho. Venceu nas freguesias de Alijó, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Sanfins do Douro, São Mamede de Ribatua, Vila Chã, União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga e União de Freguesias



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10

de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas. Na União de Freguesias de Carlão e Amieiro, o PS venceu no Amieiro. Na União de Freguesias de Castedo e Cotas, o PS venceu em Cotas. Em Vilar de Maçada, o PS venceu numa das duas mesas de voto. O PS obteve mais votos do que o PSD e o CDS juntos. Em nome da concelhia do PS de Alijó, os nossos agradecimentos ao eleitorado do nosso Concelho. -----

Depois, uma grande infraestrutura que vem para o Concelho de Alijó. Infelizmente, no que concerne a grandes obras, só vêm do Governo Central. Também me congratulo com a assinatura, nestes Paços do Concelho, do Protocolo para a construção do novo Posto Territorial da GNR de Alijó, presidida pela Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dra. Isabel Oneto. Aí está mais um investimento de envergadura. Neste caso, com um investimento anunciado de cerca de um milhão de euros, pela mão de um governo socialista. Nas últimas décadas, tem sido através de governos do PS que o Concelho tem recebido obras estruturantes. Exemplos do Centro de Saúde, Pousada da Juventude, IC5, entre tantos outros. Infelizmente, do último governo PSD-CDS, apenas tivemos austeridade, austeridade, austeridade. -----

Por falar de investimento do Governo Central, de realçar também a obra de beneficiação em arruamentos da Vila de Alijó, da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Há muito que era uma necessidade. Estou-me a referir, concretamente, à Rua Comendador José Rufino e rotunda do Homem do Douro. Bom seria que, também nas vias municipais, a Câmara Municipal lhes prestasse atenção; e são muitas a precisar de intervenção urgente. Queria lembrar a rotunda da Zona Industrial, que a Junta de Freguesia quis intervencionar, porque já tinha erva da altura de um homem, e fê-lo para que não acontecesse como aconteceu há um ano, uma morte por causa de falta de visibilidade. -----

Ora, o Rating Municipal Português. Manifesto a minha tristeza e inconformismo pelos resultados do Município de Alijó no Rating Municipal Português, que foi apresentado pela Ordem dos Economistas. Este rating analisa a governação, o serviço à população, a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento económico e social. A nível global, o Município de Alijó é considerado o terceiro pior Município do País. Na sustentabilidade financeira, é mesmo o pior do País. -----

Uma pergunta que se coloca: como é que o pior Município do País na sustentabilidade financeira está a aumentar os empregos camarários em um milhão de euros / ano? Podem querer dar voltas e mais voltas, desculpas e mais desculpas, mas este resultado apresentado por uma entidade independente, envergonha este Município e é a demonstração do falhanço da maioria camarária no poder há mais de seis anos. -----

Casa do Douro - ainda bem, já que houve intervenções. Respeito-as a todas. Mas lamentamos a decisão do Sr. Presidente da República de devolver à Assembleia da República a lei sobre a Casa do Douro para um modelo de direito público e de inscrição obrigatória. Nesta matéria, perguntamos qual é a posição da Coligação PSD-CDS em Alijó? Em 2014, o Deputado da Assembleia da República Pedro Pimentel, na altura Presidente da Concelhia do PSD de Alijó e atualmente vice-Presidente, foi a favor da extinção da Casa do Douro. O Sr. Presidente da Câmara de Alijó, pelo contrário, fez parte da Comissão de Vitivinicultura criada na CIMDOURO no ano passado e daí saiu uma proposta onde se

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

11

defende uma Casa do Douro de direito público e de inscrição obrigatória. Numa entrevista do jornal *Viva Douro*, e em reunião da CIMDOURO realizada em Vila Nova de Foz Côa, o atual responsável pelo CDS de Alijó e deputado desta Assembleia, Rui Lopes, já disse ser contra a Casa do Douro de direito público e de inscrição obrigatória. -----

Afinal, em que ficamos, Sr. Presidente? Já nessa reunião estava contra, e foi antes da posição do Sr. Presidente da República. -----

Também queria dizer que recebemos como resposta do Sr. Presidente da CIMDOURO que a votação tinha sido votada por unanimidade e que talvez o Sr. Deputado Rui Lopes estivesse mal informado. São palavras textuais do Presidente da CIMDOURO. -----

Uma vez que sobre esta matéria o Sr. Presidente da Câmara ainda nada nos disse, pedia-lhe para esclarecer qual é a posição da coligação. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Quero começar por “parabenizar” também o Município por todos os eventos que aqui foram enunciados, um pouco, por todos. Mas queria avivar aqui a memória ao Deputado Fernandes que também teve um evento na localidade da Chã, que se esqueceu dele, e que foi a Alicaça. Também nos calhou parte do evento em Vila Verde, e também agradecemos ao Município, por mais um ano, ter-nos proporcionado lá este evento, porque de facto, a nossa zona é propícia para a caça. -----

Julgo que todos os participantes ficaram contentes por nos terem visitado. Acho que os soubemos receber mais uma vez. Esperamos que, para o ano, possamos contar com eles. Bem como esperamos também aqueles visitantes de França, Espanha e Itália que, pela primeira vez, realizaram aqui uma prova em Portugal, novamente aqui em Alijó. Também ficaram muito agradecidos com tudo isto, e daí que nos tenham endereçado o convite para também nos deslocarmos a França, a Itália ou a Espanha, para provas futuras de caça. -----

Quero deixar uma palavra de agradecimento e de louvor à população de Vila Verde. Mais uma vez, ano após ano, tem-nos surpreendido com os seus belos tapetes. Gostaria também de lançar o repto ao Município para que no próximo ano nos possa de alguma forma também ajudar a promover, a divulgar e ajudar aquela população, que bem merece pelo esforço e dedicação que tem demonstrado ao longo destes anos. E aproveito já para convidar toda a gente para o próximo dia 27 de julho vamos ter lá a Festa da Chanfana, pela primeira vez com este Executivo, e gostaríamos de contar com a vossa presença. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Deputada Eliana Cardoso. -----

DEPUTADA ELIANA CARDOSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Tal como os meus colegas deputados já fizeram, quero parabenizar todos os Presidentes de Junta que se têm empenhado em organizar os mais variados eventos no nosso Município. Estes certames mais não são do que uma porta de divulgação e dinamização do que de melhor há no nosso Concelho. -----

Além disso, também quero congratular pela execução e planeamento de obras em várias freguesias no nosso Concelho. Apesar do que toda a gente sabe, da elevada canalização de verbas para o pagamento de dívidas resultantes de processos judiciais, relativos a



mandatos bem anteriores ao atual Executivo, o atual Executivo tem feito obra e tem planeado, e planeia fazer muito mais. -----

Ainda bem que ali o meu colega e Presidente de Junta, o Deputado Fernandes, falou na limpeza da rotunda. Eu tenho um recado, por assim dizer, dos seus habitantes da Freguesia de Vila Chã. Concretamente, das pessoas da Chã, que lhe têm vindo a chamar à atenção do degradante estado em que está o Parque Infantil da Chã. Sei que, há coisa de oito dias, mais ou menos, já efetuou a limpeza. Só é pena que tenha feito essa limpeza depois de um habitante da Chã ter começado a limpeza por conta própria, porque as crianças não conseguiam brincar, que aquilo estava cheio de erva. Por isso, Sr. Deputado, o Sr. Presidente da Junta está-se a rir mas não se esqueça que quando nós apontamos um dedo temos sempre três a apontar para nós. E era só isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Eu deixava breves considerações, mais ou menos esparsas, e começava pelas eleições europeias, e sobretudo por aquilo que foram os elevados índices de abstenção. -----

Neste ponto, eu discordo completamente de tudo quanto foi dito nesta Assembleia sobre o paternalismo a ter com os eleitores. Tratam-se de eleitores que são todos maiores de idade, e em princípio dotados de capacidades mentais. Tratam-nos como se fossem criancinhas que não se soubessem reger e que fosse necessário que os partidos estimulassem adequadamente para irem votar. Há até quem, com grande responsabilidade no País, alvitre que se lhes deve pagar, se lhes deve dar algumas alcavalas para que os eleitores vão votar. Não sei se pagarão com presuntos; se eventualmente o sentido de voto for o correto, se lhe oferecem também um salpicão. Enfim, este paternalismo sobre os eleitores e esta questão de que os partidos têm responsabilidade é uma brincadeira, porque houve pessoas que morreram para que as pessoas tivessem direito de voto. Portanto, isto é sobretudo uma questão de educação cívica. As pessoas têm uma panóplia de partidos em que votar, têm partidos que defendem a natureza, que defendem os animais, que defendem as pessoas, que defendem tudo e o seu contrário. Portanto, não é por falta de opções que as pessoas não vão votar. É por uma questão de educação cívica. Vai quem vai, não vai quem não vai. São opções, e eu não partilho deste paternalismo relativamente aos, enfim, "coitadinhos" dos eleitores. -----

Relativamente ao resultado propriamente dito, queria apenas deixar uma observação em jeito de admiração. De facto, foi aqui dito, os resultados são o que são, o Partido Socialista ganhou estas eleições europeias no concelho. Não foi dito, mas é também um facto, já havia ganhado as anteriores eleições europeias em 2014. Eleições, portanto, de âmbito nacional. Curiosamente, pelo meio houve umas eleições autárquicas, e aí o Partido Socialista perdeu. É só uma admiração. Quando o projeto local do Partido Socialista e as pessoas com intervenção no âmbito local se apresentam a sufrágio, parece que este concelho que, a nível nacional, se vai mostrando idiossincriticamente socialista, a nível local as coisas parece que não serão bem assim. E apraz-me dizer: algo vai mal no reino da Dinamarca. -----

Quanto ao tão propalado Rating Municipal Português: foi um trabalho escolar de um aluno, relativamente a um conjunto de indicadores, devidamente ponderados, reunidos em quatro



dimensões principais, nomeadamente a governação, o desenvolvimento económico e social, a eficácia no serviço à população e a sustentabilidade financeira. O resultado deste estudo, em aparência, parece negativo para o Município. Mas há aqui três ou quatro considerações que me apraz trazer à luz. -----

A primeira é de que, reportando-se a dados, ou melhor, fazendo crer que se trata de dados de 2018, o certo é que os dados utilizados foram de 2017. Portanto, é um relatório, um estudo, um trabalho escolar desatualizado, e portanto parte de pressupostos errados. -----

Os dados são de 2017 e refere-se a 2018. Por outro lado, há aqui indicadores que, traduzindo-se em boas práticas por parte do Executivo Permanente, fazem com que a classificação seja negativa. Refiro-me concretamente à operação de substituição de dívida que foi levada a cabo pelo Município em 2017, que se traduz inevitavelmente numa boa operação de gestão da coisa pública, em que o Município conseguiu em empréstimos de longo prazo, através de operação de substituição de dívida, muito melhores condições do que aquelas que vigoravam. Só que, mercê do enquadramento orçamental deste tipo de operações, lidos alguns dos critérios deste trabalho, deixam uma má classificação para o Município. Portanto, esta má classificação acaba por se basear numa boa atuação – desafio quem quer que seja que diga o contrário relativamente a esta operação de substituição de dívida e para aquilo que ela representa em termos de poupança para o Município. Alguém que tenha capacidade de contradizer esta verdade insofismável. -----

Por outro lado, esta operação de substituição de dívida, os anos não são estanques, embora o relatório se refira ao ano de 2018, em contraposição ao de 2016, o que é certo é que a dívida foi substituída. Não foi uma dívida contraída nem em 2016, nem em 2017, nem em 2018. É uma dívida muito anterior, contraída totalmente, ou praticamente na sua totalidade por executivos socialistas, e portanto, que apenas foi gerida de uma forma eficiente e eficaz pelo atual Executivo. -----

Portanto, este resultado, se na aparência parece mau para o Município, devidamente escrutinado e compreendido nas razões que lhe subjazem, vale o que vale. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Vou ser muito sintético, Sr. Presidente, até porque muito já foi dito e eu queria complementar algumas afirmações e dar uma breve nota sobre as eleições europeias, no fundo, em sinal de complemento. -----

A verdade é que o PS ganhou as eleições e pronto! Ganhou a nível nacional e ganhou a nível local. Mas, mais importante do que isso, também bastante importante, foi que as extremas-direitas viram decrescer as suas expectativas nestas eleições, que foram confirmadas pelo eleitorado português. Isso é extremamente importante, porque por toda a Europa se nota um crescimento extremo das extremas-direitas, e isso, do meu ponto de vista, não é bom. Nós, no Partido Socialista, sabemos e sentimos na pele, como se costuma dizer já de há longos anos, aquilo que custou, de facto, dar liberdade de voto aos eleitores portugueses. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14
[Handwritten signature]

Depois, não queria personificar, mas quero dar os parabéns a todas as associações, Juntas de Freguesia e Organizações de diversos eventos que decorreram neste período e que engrandeceram o Concelho. -----

Por último, queria deixar hoje aqui uma proposta também, porque ao contrário daquilo que é dito, nós não estamos cá só para criticar, nós apresentamos propostas válidas e justas. De facto, também já foi falado na reunião de Câmara e foi apresentado pelo nosso Vereador Luís Azevedo, uma proposta para ser criado no Concelho de Alijó um Regulamento Municipal de Toponímia. É verdade que o nosso concelho sofre em várias freguesias de deficiências ao nível de toponímia e números de polícia, que é uma obrigação da Câmara Municipal. É importante nos dias de hoje, cada vez mais, as coisas estarem organizadas.----
Eu sugeria ao Sr. Presidente da Câmara, que até já concordou na reunião de Câmara com essa possibilidade, que isso fosse o mais rápido possível. E passo a dar um ou dois casos que foram extremamente graves, que podiam ter sido piores, e refiro-me concretamente à minha freguesia, à freguesia de Sanfins do Douro, que não tem, na sua maioria, números de polícia e placas de ruas. É uma freguesia bastante grande; a segunda maior freguesia em área urbana do Concelho de Alijó, com maior número de habitantes, e é uma deficiência muito grande que tem. Todos os dias se veem confrontados, quer os carteiros, quer os distribuidores de encomendas, quer acima de tudo os prestadores de emergência médica, refiro-me concretamente aos bombeiros, que hoje em dia não somos seguidos apenas e só pelos Bombeiros de Sanfins, somos seguidos também pelas outras corporações do nosso concelho quando os Bombeiros de Sanfins estão ocupados, e pelo INEM. Muitas vezes o INEM vem a Sanfins e não sabe onde se há-de deslocar para encontrar as vítimas. -----
Sr. Presidente, era uma necessidade, eu sei que a Junta de Freguesia já tem algum trabalho feito nessa situação. Eu sugeria inclusive que tomasse como uma discriminação positiva para o tamanho da freguesia de Sanfins do Douro, e que apoiasse, e que até criasse como uma freguesia modelo e experimental a freguesia de Sanfins na sua organização toponímica e com numeração de polícia. Era só, muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Eu só queria chamar à atenção que junto ao Estádio Municipal, as pessoas vão para lá caminhar e em vez de passarem nos passeios, têm que passar ao lado dos passeios, pela estrada. E mesmo naquele espaço circundante está tudo cheio de erva enorme. Parece-me que este fim-de-semana vamos lá ter um torneio de veteranos e acho que, se fosse possível, era bom que aquilo ficasse limpo, porque dávamos uma imagem de mais limpeza, o que precisamos aí em muitos sítios do Concelho de Alijó. -----

Depois, só queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara: a estrada 212 já foi reabilitada, a parte de baixo, e falamos assim, esta parte central. O Instituto de Estradas também está com intenção de fazer o mesmo, ou será para ficar assim? Porque temos muitos moradores que passam ali na estrada central, de uma rotunda à outra, do Homem do Douro à de Presandões, e se realmente também vai ser arranjada. Obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. -----

Queria, antes de mais, agradecer a todo o movimento associativo do nosso Concelho pelas iniciativas que, de uma forma geral, têm levado a cabo no nosso Município. Um destaque muito especial e um agradecimento muito especial, uma palavra de reconhecimento profunda às Marchas de São Mamede de Ribatua, que de facto são um exemplo magnífico daquilo que é uma iniciativa da sociedade anónima, sem o suporte de uma estrutura associativa, que de facto desempenham uma atividade louvável. Quero deixar aqui um agradecimento, uma prova de reconhecimento público pela sua atividade. -----

Agradeço também, claro está, aos Srs. Presidentes de Freguesia, pelo conjunto de iniciativas que desenvolveram nestes últimos meses, designadamente a promoção da cultura do nosso Concelho, dos produtos endógenos e dos produtos alimentares, como foi o caso da Feira das Tripas em Sanfins do Douro, que decorreu muito recentemente. A todos, de uma forma geral, muito obrigado. -----

Agora passo a responder a algumas questões que aqui foram levantadas pelos Srs. Deputados, designadamente pelo Sr. Deputado Luís Lameiras, quanto ao saneamento do Areal. Efetivamente, o projeto está pronto - como já lhe disse - e aguarda a melhor oportunidade para ser lançado o concurso. -----

Quanto ao Bairro Social de São Mamede de Ribatua, sabemos perfeitamente o estado em que se encontra, e estamos a ultimar (e conto a muito breve prazo levar à reunião da Câmara Municipal) o estudo sobre a estratégia local de habitação, peça fundamental, imprescindível, para que possamos ter os fundos comunitários destinados à habitação social. No entanto, não obstante isso, o Município fez um esforço significativo, como reconheceu, e lançou o concurso, que está já adjudicado, lançou o procedimento para requalificação, não total, mas para uma requalificação significativa do Bairro Social de Alijó. À medida que for sendo possível, obviamente que iremos avançando na requalificação dos nossos bairros sociais, com o objetivo, claro está, de proporcionar melhores condições de vida e de habitabilidade às pessoas que lá vivem. -----

A questão do Posto de Turismo do Pinhão é recorrente. Terá dito que "até que a voz me doa" baterá nesta questão. Pois, é verdade. Sabe que é uma intenção nossa. Eu conto, a muito breve prazo, pôr a concurso a elaboração de todo o mobiliário e todo o equipamento para equipar o Posto de Turismo do Pinhão e de Alijó. A muito breve prazo. -----

Quanto à Estação do Pinhão, e ao facto de a porta estar fechada aquando das folgas do funcionário administrativo, ninguém melhor que o Sr. Deputado para, no âmbito daquilo que são as suas funções de trabalhador privado, alertar a administração para este facto. Não me parece que seja uma competência do Município manter a porta aberta da Estação. O Sr. Deputado quer que ponha lá algum funcionário a abrir a porta? -----

Sr. Deputado António Rocha, relativamente à situação e ao ponto de situação do canil municipal, aguardamos parecer da Direção Geral de Cultura do Norte, que é obrigatório. Vamos ver, se é positivo, se vem com condicionantes. Obviamente que, se vier com condicionantes, temos de pedir as autorizações de transferência que forem necessárias para seguidamente o colocar a concurso. -----



Relativamente à requalificação da estrada de Safres a Amieiro, ou melhor Safres – Amieiro - Franzilhal é efetivamente uma obrigação da Declaração de Impacto Ambiental (DIA). É uma medida de compensação ao território que estava prevista. Mas, como sabe, a DIA é um documento que vai sofrendo evolução. E vai sofrendo evolução através de relatórios que vão sendo apresentados periodicamente pelo dono da obra (albufeira), neste caso a EDP. São os chamados RECAPE - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução. E tive conhecimento recentemente que, pese embora a obrigação não tenha caído vazia, mantém-se, algures por abril/maio de 2011, um RECAPE apresentado por essa altura que já deixava de fazer referência a essa obrigatoriedade. -----

Não terá sido, obviamente, detetado, ninguém se terá apercebido disso, designadamente, a Comissão de Acompanhamento que funcionava com qualidade e periodicamente. E a EDP, neste momento, evoca esse facto, para não intervir, para não cumprir a obrigação de agir. Obviamente que já falei com o Conselho de Administração, já lhes disse que não aceito isto. Fiz questão de levar esta preocupação à última reunião da Comissão de Acompanhamento, coordenada pela Comissão de Coordenação da Região Norte, ficou registado em ata. A partir de agora, estas reuniões são coordenadas pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente). A APA tem sempre a “faca e o queijo na mão”, porque é quem concede a licença de exploração à EDP, para o empreendimento hidroeléctrico. Portanto, cabe à APA, digamos assim, impor que se cumpra a DIA. O Município não se poupará a esforços, obviamente, para que esta obrigação seja cumprida. -----

Falou-se aqui na Casa do Douro. Obviamente que eu fiz parte de uma comissão criada perante o Conselho Intermunicipal da CIM para elaborar uma proposta que retratasse o ponto de vista dos Municípios que o integram, relativamente à Casa do Douro, aquilo que deveria ser e o que se pretendia que fosse. -----

Como disse e bem, votei favoravelmente essa proposta. Daí que tenha sido aprovada por unanimidade. Pese embora houvesse ali aspetos relativamente aos quais discordasse, e continuo a discordar, mas, solidariamente, votei favoravelmente essa proposta. -----

Como sabe, a proposta da CIM não foi, na sua esmagadora maioria, levada em consideração na proposta de lei. Sabemos que a intenção deste diploma, criar uma Casa do Douro de direito público, e inscrição obrigatória mas sem funções públicas, não vai ter voz ativa na gestão do cadastro, na fiscalização, no controle do mercado. E não vai ter porque não pode ter. Aliás, tive ontem uma intervenção no Conselho Intermunicipal da CIM a este respeito, porque veio novamente uma proposta para rebater, digamos assim, esta não inclusão de funções públicas na futura Casa do Douro, e eu disse exatamente aquilo que vou dizer aqui: acho que não devemos continuar a laborar em erro porque Casa do Douro, futuramente, nunca poderá ter estas funções. -----

A questão da gestão do cadastro é uma questão orgânica do Estado, através dos seus serviços centralizados, neste caso o IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto) ou o IVV (Instituto da Vinha e do Vinho). Portanto, nunca poderá passar para um organismo que não seja estatal. A fiscalização, como sabem, é do Estado. E no controlo do mercado não é permitido qualquer ação que tenda a desvirtuar aquilo que é a livre concorrência que a União Europeia impõe. Aliás, tudo isto está num documento que se chama OCS



2020 (Opções de Custos Simplificados). Uma imposição comunitária, à qual Portugal tem que obedecer, tem que respeitar, e é obrigado a fazer cumprir no seu território. -----

Portanto, não vale a pena estar a “bater no ceguinho”, como disse. Mas disse-o sempre, disse sempre isto. No entanto, por uma questão de solidariedade, votei favoravelmente com os meus colegas. E é esta a minha posição enquanto Presidente da Câmara e também, devo dizer, enquanto viticultor e técnico. -----

Relativamente ao Rating Municipal publicado há alguns meses atrás. Eu já falei sobre isto, recentemente, em Reunião de Câmara e à imprensa falada e escrita. Já falei sobre as debilidades deste estudo. Já muita gente depois de mim falou, gente com outra competência para além das minhas competências. E não vou entrar por aí. -----

Quero-lhe dizer que, fala-se, tem saltado para a opinião pública, que este anuário foi buscar os dados de 2018 da execução orçamental. Não é verdade! Pura mentira! Nós próprios apurámos isso junto de quem produziu o estudo. Os dados que ali vêm retratados são os dados de 2017. Os dados de 2018, pura e simplesmente, ainda não estavam disponíveis para ninguém, e portanto, nunca poderiam ser esses os dados usados. Foram usados os dados de 2017. Aliás, como os Srs. Deputados bem se lembram, a execução orçamental do nosso Município em 2017, e se houver aqui alguém que tenha memória de uma melhor execução orçamental que mo diga, foi, e é o melhor indicador de sempre neste Município. --

Como é que é possível que o Município apareça naquele lugar, em termos nacionais? --- Só para terem uma ideia, em termos de indicadores operacionais estávamos em quarto lugar a nível nacional, segundo o Anuário Financeiro de 2017. A nível nacional, estávamos em décimo lugar no índice de Municípios com maior índice de abatimentos ao passivo e às amortizações. A nível nacional! Como é que é possível isto? -----

Todos se lembram, com certeza, que em 2017, no início do verão, o Município recorreu à Banca para contrair uma operação financeira única e exclusivamente para substituir dívida, em que baixámos os juros e *spread*, e já foi aqui falado noutras sessões que vantagens isso trouxe ao Município em termos de poupança de juros. Só em 2018 foram 25% de poupança de juros e em 2017 de 40%. -----

Portanto, como é que é possível que o Município apareça neste lugar? Só se derem esta operação, porque isto são despesas de capital (porque entra e sai no momento a seguir para pagar, para regularizar), e não investimento, não são despesas de investimento, obviamente. Mas é uma operação de capital. Daí que o Município, neste indicador concreto, venha cá para baixo. Mas, passado pouco tempo, saiu também uma manchete em vários jornais, designadamente na *Voz de Trás-os-Montes*, e é com grande espanto meu que vejo que quatro Municípios, alguns aqui bem próximos, estão em excesso de endividamento. Muito próximo do abismo. Então isto não foi tido em consideração no estudo deste rating? Que valores usou ele na altura? Estão muito, muito pior que Alijó. Quero-lhes dizer que, em termos de Municípios da CIMDOURO, nós fomos o Município que, entre 2014 e 2017, maior volume de passivos abateu. Oito milhões. A seguir a nós só Lamego com cinco. E é uma grande cidade. -----

Quanto ao saneamento do Bairro, o Sr. Vice-Presidente está a elucidar que terá havido uma obstrução da conduta e que se está neste momento a regularizar. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

18
g

Deputado António Rocha, a não ser que se esteja a referir àquelas descargas que vêm de há muitos anos atrás (descargas abusivas, para o ribeiro), está resolvido pontualmente, até que seja necessário nova intervenção, segundo diz o Sr. Vereador. -----

No que se refere à propriedade, lamentavelmente ainda está por limpar por falta de oportunidade, contudo o Sr. Vice-Presidente está a tomar nota. -----

Quanto à envolvente ao estádio, como sabe, nós fazemos a limpeza sempre, todos os anos. Anos há em que, inclusive, fazemos duas vezes. Reconheço que não sei o ponto da situação atual, não sei se o Sr. Vice-Presidente poderá depois esclarecer. Mas com certeza, teremos que limpar também. -----

Relativamente à repavimentação ou à requalificação da Estrada Nacional que atravessa Alijó, e como sabem, foi intervencionada há relativamente pouco tempo, para colocar as condutas de gás. Após este procedimento será requalificada na sua totalidade. É para levantar o piso (alcatrão) existente e repor em toda a largura da plataforma. É aliás uma obrigação, é uma exigência que a IP coloca sempre que há intervenção nas estradas nacionais, como é o caso. Portanto, será para requalificar na sua totalidade. -----

No que se refere à toponímia, Sr. Deputado, o que disse foi uma inverdade. É que não é competência da Câmara Municipal mas sim das Juntas de Freguesia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta se há alguma questão que tenha ficado sem resposta por parte do Presidente da Câmara. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Sr. Presidente da Mesa, além de não me ter respondido a uma questão, uma sugestão, eu também queria tecer algumas considerações relativamente aqui a uma matéria que o Sr. Presidente abordou. Eu sugeria que a Câmara Municipal de Alijó, a Junta de Freguesia podia agendar uma reunião com a IP no sentido (...). -----

PRESIDENTE DA MESA: O Sr. Presidente da Câmara já respondeu a essa questão, dizendo que não era da competência da Câmara. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Não foi a isto, foi outra questão. Portanto, o Sr. Presidente defende tanto e diz que durante este mandato vai resolver a questão? -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado qual foi a pergunta que não foi respondida, por favor? -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Foi uma sugestão que eu dei e não teceu considerações acerca disso. Depois, queria dizer, em relação àquilo que eu referia relativamente à Estação do Pinhão, que é lamentável a resposta do Sr. Presidente. Coloco aqui uma questão de capital importância em termos de imagem, em termos de serviço, para os turistas e o Sr. Presidente da Câmara dá-me uma resposta como aquela que me deu! ----

PRESIDENTE DA MESA: Vou retomar a questão e julgo que o Sr. Presidente me entendeu. Colocou a questão do empregado da IP ou da Câmara Municipal. Eu não vou permitir mais considerações sobre isto. Por favor, Sr. Presidente da Câmara, se quer retomar a resposta.

PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado. Como o Sr. Deputado disse e bem, fez-me uma sugestão, tomei nota da mesma e respondi com outra. Acho que, enquanto funcionário da empresa, também lhe sugeria que fizesse as exigências que lhe competem. -----



PRESIDENTE DA MESA: Quero recordar que vamos ter uma ordem do dia extensa pelo que apelo a alguma contenção. -----

Coloco à votação o voto de pesar, que foi sugerido, pelo falecimento do pai do nosso Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Pegarinhos. -----

Voto de pesar aprovado por unanimidade. -----

Dou por terminado o período de antes da ordem do dia. -----

Considerando a inexistência de público para intervir, vamos dar início ao Período da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período da ordem do dia e introduz o **PONTO 1: Exposição do Sr. Presidente da Câmara.** Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. --

PRESIDENTE DA CÂMARA: Como de costume, uma exposição do Presidente da Câmara, que foi atempadamente distribuída aos Srs. Deputados Municipais, e que dispensa qualquer outra apresentação. Estou disponível para esclarecer o que for necessário no âmbito desta minha informação. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrição no âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos. O Sr. Deputado António Fernandes pede a palavra. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Sr. Presidente eu tinha que intervir, porque como fui focado no exercício das minhas funções, enquanto Presidente de Junta, tinha que responder. Vou aqui dizer, muito superficialmente, ao Presidente de Vila Verde, que lamento (...) -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado tem que se cingir ao ponto da ordem de trabalhos. - As perguntas são para o Sr. Presidente da Câmara. Tudo o que tiver que intervir é neste ponto. O resto, já ouvimos, já percebemos. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Então quando é que eu posso dar a resposta ao Sr. Deputado? Nunca? -----

PRESIDENTE DA MESA: Antes de ter acabado o período de antes da ordem do dia podia ter feito isso. Não o fez. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Não mas fiz! Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e eu não quis ser mal-educado. -----

Dá-me um minuto para responder? -----

PRESIDENTE DA MESA: Dirigido ao Sr. Presidente da Câmara quanto ao ponto um. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Então vamos ao ponto um, já que não me deixam, para ficar em ata, já que não me deixam responder quando sou interrogado, ficamos então assim. -----

Sr. Presidente da Câmara este é o, ponto um, é o ponto onde enumera as obras, é o ponto onde enumera as atividades da Câmara, tudo muito bem. -----

Já desde o princípio do mandato passado que se aguarda uma obra em Vila Chã. Quando o Sr. Presidente em exercício (que antes era Vice-Presidente) tomou posse (enquanto Presidente), disse-me "Fernandes, em janeiro essa obra irá começar", em janeiro, quando



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

20

tomou posse. Depois, não sei porquê, a obra não começou. Na última vez que falei com ele disse "vou abrir já um concurso para a obra". Bom, tudo muito bem. O certo é que a obra não avança e entretanto foram construídas lá casas e foi-lhe dada a autorização de habitabilidade, que é assim que se chama. -----

Ora, Sr. Presidente, o que é que realmente está a embarrilar aquela obra? Vai ter que me responder porque é que não faz aquela obra. -----

Depois, também queria acrescentar, referente à obra (já que posso falar aqui, então vou falar), sobre o projeto da mesma. Eu sei que o Sr. Presidente anda a apresentar projetos, e faz muito bem, apresente lá os projetos que quiser à opinião pública. Mas em Vila Chã, ao Presidente da Junta de Freguesia, não apresenta sequer o projeto! Ainda hoje não sei o que é que o Sr. Presidente da Câmara lá vai fazer nos domínios da minha Freguesia. -----
Olhem que isto tem que se lhe diga. Ainda não foi capaz, mas é capaz de chegar ali ao palanque e dizer "eu vou-lhe dar o projeto". Só que depois continua na mesma e não há projeto nenhum para ninguém. -----

Depois, também queria dizer que gostava mesmo de chegar aqui e agradecer ao Sr. Presidente por me ter ajudado nisto, agradecer por ter feito aquilo, na minha Freguesia. Agradecer porque não sei quê, e ainda quero que faça mais coisas para depois lhe agradecer também, que é o que eu vejo aqui da bancada do lado. -----

Agora, por bastante vontade que o Presidente da Junta de Vila Chã queira agradecer o que quer que seja, ao Sr. Presidente da Câmara, não consegue porque não tem nada para lhe agradecer. Nada! Só se for obstaculização, obstaculização, obstaculização ao desenvolvimento das atividades da Freguesia. Isto tem que ser dito frontalmente, nos locais próprios e tem de ser assumido por quem de direito. Porque não podemos continuar neste chove e não molha. Não podemos! Enquanto houver Presidentes de Junta de primeira e de segunda, neste Município, este Município vai continuar com o rating que continuou até agora, porque há uma discriminação negativa em relação a uns e positiva em relação a outros. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Sr. Deputado. Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -

PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente de Freguesia, julgo que não precisa de se enervar, não precisa de elevar a voz a esse ponto, porque acho que até deve dificultar a gravação. -----

Contrarie-me naquilo que lhe vou dizer Sr. Presidente: é verdade ou não, que fizemos uma reunião no meu gabinete, em que eu lhe expus o projeto e lhe mostrei o projeto? -----

Esteve numa reunião no meu gabinete e mostrei-lhe o projeto. Efetivamente não lhe dei uma cópia do projeto, mas mostrei-lhe o projeto, expliquei-lho e disse-lhe como é que ia ficar. Viu as plantas e viu o valor. O que é que está a fazer para tirar, permita-me a questão, essa obra? -----

Como sabe, foi aberto um concurso público (pese embora não obrigasse a tal), porque sabendo nós das dificuldades para que hoje em dia os empreiteiros peguem nas obras, tentamos alargar o leque de concorrentes. -----

Quero-lhe dizer, Sr. Presidente de Freguesia, que não houve nenhum empreiteiro, nenhuma empresa que pegasse na obra. Duas concorreram com preço acima, e duas mandaram um



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

21

euro ou outro, salvo erro. É esse o ponto de situação. Portanto, a obra foi posta a concurso público, e só não avança porque os empreiteiros não lhe pegaram. -----

Queria, também, que me respondesse a esta questão: onde é que eu discriminei a sua Freguesia? Dê-me um exemplo, se faz favor. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Sr. Presidente com toda a sinceridade, e sabe que eu sou afoito e sincero nas minhas intervenções, mesmo que a mim me doa. O projeto é muito volumoso, e, reparem se o Sr. Presidente da Câmara estaria ali a aturar um Presidente de Junta o tempo todo para ver o projeto. Não podia, Sr. Presidente, não podia! O que ficou combinado, e o Sr. Presidente agora que me desminta, e disse-o ali do palanque que me ia dar uma cópia do projeto e até hoje, zero! -----

Mas tem mais, Sr. Presidente. Eu pedi-lhe uma cópia do discurso “dele”, e não foi por ser bom ou ser mau. Foi porque nomeava lá que ia ser parceiro da Junta de Freguesia, e esse ponto interessava-me. Disse-me duas ou três vezes que mo entregava, nunca mo entregou! Portanto, sobre este ponto, estamos conversados. -----

Vamos então a outra, foi três perguntas que o Sr. Presidente me pôs. Ninguém concorreu àquele concurso. Pois não! Como é que havia de concorrer, Sr. Presidente? Sabe porquê? Porque o Sr. Presidente pôs no concurso o preço de mercado do valor da obra. Claro, só quem fosse burro é que iria concorrer, perceberam? Estas coisas que a gente tem que perceber. Só o empreiteiro que estivesse milionário, que não ligasse ao dinheiro, é que ia concorrer, porque se era uma obra que ia dar prejuízo pelo teto que puseram, claro que ninguém concorria. E o Presidente da Junta, que não é muito esperto, mas também não é tolo de todo, apercebe-se destas coisas, não é? Apercebe-se. E enquanto andar com estas coisas do simular, são estas coisas, Sr. Presidente que a gente vê. Eu conheço o Sr. Presidente e o Sr. Presidente também me conhece. Trate as coisas com o Presidente da Junta de Vila Chã com frontalidade, com sinceridade, e terá o meu aplauso e o meu elogio quando isso for preciso e quando reverter para benefício das populações. Tem a minha reposta, se não fui claro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Portanto, como ficou aqui demonstrado, o Sr. Presidente não tem nada com que me atacar. Isto são frases feitas, muito bonitas, com voz elevada, apenas para ficar em ata, mas isto tem de ser tudo desmascarado. Eu não sei que conhecimentos tem... Vejam isto: se é verdade, a fazer fé nas palavras do Sr. Presidente de Junta, que eu não lhe mostrei o projeto como gostaria de o ver, que conhecimentos ele tem para dizer que lancei a obra por metade do preço? Mas eu reconheço e percebo que, no tempo das vacas gordas, fosse outra a estratégia. Neste momento, não é. É um projeto executado pelo preço geral, tem aquele custo, tem aquele preço-base, ponto final. -----

Aliás, tanto é assim que, muito recentemente, ainda esta semana, um outro concurso de maior dimensão ficou deserto. Também não lhe pegaram, que é a Ciclovia do Campo Meão, já ouviram falar. Uma obra de sete quilómetros e meio, de valor muito superior também, porque os empreiteiros neste momento têm muita dificuldade em arranjar mão-de-obra, em arranjar trabalhadores, e é um momento em que disparam as obras e disparam os preços.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

Acredito que tenham obras mais aliciantes, mas é o preço base determinado por um profissional, pelo engenheiro civil. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **PONTO 1: Exposição do Sr. Presidente da Câmara.** -----

Introduz o **PONTO 2: Relatório da Comissão do Património Cultural.** -----

Peço ao Deputado relator do relatório que faça uma apresentação sucinta do trabalho elaborado. -----

Contudo, antes da intervenção do Deputado Luís Pereira, quero dar os parabéns ao trabalho apresentado, um dossier muito bem-apresentado. Obviamente que o património não se esgota neste documento, e é apenas uma parte do que será o nosso património, mas confesso que gostei muito do trabalho. Embora continue a dizer, como vos disse, gostaríamos de ter a imagem, porque a imagem fala por si. Não era subjetivo. Obrigado. --
Dá a palavra ao Deputado Luís Pereira para a apresentação. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): Cumprimenta os presentes. -----

Acho que todos leram o documento e vou fazer uma síntese daquilo que considero serem as linhas gerais, as linhas orientadoras e a intenção fundamental deste trabalho. -----

É um trabalho que foi realizado ao longo de seis meses pela Comissão do Património Cultural que foi formada no âmbito desta Assembleia Municipal. Estão consensualmente sintetizadas as ideias principais no relatório, que hoje aqui submetemos, para a vossa apreciação. Trata-se de um conjunto de linhas orientadoras que mais não pretendem do que criar sugestões. Sugestões viáveis de investimento autárquico neste recurso que é cada vez mais importante e fundamental como o património cultural. Um recurso cada vez mais considerado, a nível europeu, como suscetível de alavancar processos de desenvolvimento social, cultural e económico. E é por isso que esta Comissão pretendeu alertar, chamar a atenção para as imensas potencialidades que a esse nível o nosso concelho possui. -----

Por uma questão de operacionalidade, e só por uma questão de operacionalidade e viabilidade para expormos as nossas ideias, foram criados três eixos zonais onde deverão incidir futuros projetos de valorização. Sem esquecer os restantes e os que não estão mencionados. Pretendendo com isso alertar para as necessidades urgentes de recuperar e tornar pública a fruição de recursos coletivos para usufruto e para o bem comum. -----

Alijó, um Concelho onde passam anualmente mais de um milhão de turistas, necessita de constituir uma oferta cultural de alta qualidade. E o património cultural poderá enfileirar como uma alternativa capaz de fomentar novas dinâmicas no nosso território. Para isso necessitamos de postos de turismo modernos e funcionais, estrategicamente localizados, na nossa opinião, na Vila do Pinhão e em Alijó. Necessitamos também de um programa cultural de raiz local para oferecer aos operadores turísticos que aqui queiram lançar os seus projetos. Precisamos também de uma programação cultural com raiz local para oferecer, não só aos operadores turísticos, mas a todos os investidores que já estão no território com diversos projetos de turismo de habitação, etc. Precisamos também de roteiros institucionalizados com várias orientações temáticas. E ainda, isto é muito importante, precisamos, necessitamos com urgência de um programa de musealização concelhia que valorize e potencie aspetos da cultura local. O Concelho carece de um museu municipal, ou,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

em alternativa, uma rede territorial de núcleos museológicos que exponham as diferentes vertentes da evolução do povoamento ao longo dos séculos e /ou as marcas ou contextos identitários mais significativos para o Concelho. -----

O território carece ainda de um programa que valorize e recupere aspetos ou manifestações do património imaterial local. No fundo, foram estas, ou são estas as necessidades que este relatório identifica. Mas mais do que identificar, sugere, apenas sugere, defende, aponta caminhos, enumerando o modo como se pode ou como se deve fazer. Sabemos também, porque somos realistas e objetivos, que nem tudo se pode realizar de um rasgo. Mas achamos chegada a hora de começar, de criar uma dinâmica ininterrupta para valorizarmos culturalmente as nossas terras. -----

Gostava, por último, de sublinhar o carácter inovador desta Comissão, e a democrática convivialidade que ao longo do tempo se foi gerando entre todos os representantes dos diversos partidos políticos com assento nesta Assembleia e que a constituíram. Também não foi difícil chegar a um consenso sobre os assuntos expostos neste relatório. Um consenso que não deixa de ser revelador da necessidade de atuarmos o mais rapidamente possível nesta imensa e rica sinergia de desenvolvimento local e regional que é o património cultural. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Queria dar os parabéns à Comissão pela qualidade deste documento, por este excelente trabalho, e ao relator por um excelente documento final que, de facto, está mesmo excelente. Portanto, aguardando que deste trabalho, que se prolongou durante o início do mandato até agora, desde que foi constituída a Comissão. Esperamos e aguardamos depois o debate e que dê os seus frutos e que saia daqui alguma luz para continuidade. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra à Sra. Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Quero dar os parabéns a esta Comissão, porque acho que o trabalho é um trabalho fundamental para termos uma ideia das estratégias. Eu acredito que o turismo cultural é um turismo que pode alavancar muito o Concelho. Por isso acho que é um trabalho necessário e um trabalho que devemos ter em conta. -----

No entanto, a minha intervenção, para além de dar os parabéns, era dizer que acho que o trabalho não ficou completo. E não ficou completo, porquê? Porque o que está feito, está muito bem feito, mas acho que deixaram por fazer grande parte das Freguesias que também têm um património cultural elevado, e que são freguesias grandes. Como é o caso de Favaios que, note-se, só tem como referência a parte de Vilarelho, juntamente com Sanfins e Alijó, e que, na minha opinião, tem um vasto património cultural. Desde todas as fontes que existem em Favaios, é uma Freguesia que tem imensas fontes, ao local onde está situado o Museu, à casa dos Correios, a ter o primeiro teatro (não sei se o de São Mamede terá uma casa de teatro também, mas são as duas primeiras a ter uma casa de teatro). Isto é tudo património cultural. Considero que Favaios, Sanfins, que também só faz referência à antiga casa da residência paroquial, e Alijó, ficaram muito desfavorecidos. -----



Acho que devíamos ter, e por isso eu peço à Comissão, isto não é uma crítica, eu acho é que não tiveram tempo de fazer o trabalho todo, e acho que era um trabalho fundamental. Era termos o registo de tudo o que pode ser para exatamente, como o Sr. Deputado António Rocha disse, sabermos o que temos para podermos dar aos operadores. Porque irá ser uma riqueza muito grande, a parte cultural e o que nós podemos dar aos outros para nos visitarem. Por isso eu agradecia era que continuassem o vosso trabalho e que tenham em conta estas Freguesias, porque são também as que eu conheço melhor: Favaios, Alijó e Sanfins, e sei que ficaram muito aquém do que seria esperado. Obrigada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado Filipe Jorge. -----

DEPUTADO FILIPE JORGE (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

De facto, mais uma vez, e nunca é demais agradecer a esta Comissão pelo excelente trabalho que fez. Estão de parabéns e, como a Sra. Deputada acabou de dizer, se calhar para completarmos este trabalho, seria bom que todos nós, pelo menos, ficássemos com este registo completo. -----

Na parte da União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, quando esta Comissão se deslocou lá, eu acompanhei-os, estive com eles, e fico muito contente porque esta Comissão reconheceu no local, foi unânime, a urgência que existe em fazer uma candidatura para preservarmos o pouco que ainda existe, ou muito que ainda está lá, que possa ser recuperado, nomeadamente a Capela da Senhora da Boa Morte. Também quero deixar que, a sugestão que deixaram foi que este local seja integrado numa rede de património. Tal como a Câmara colaborou com as Juntas na colocação de um funcionário, a União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga disponibiliza aqui também, através do seu funcionário, total disponibilidade para poder ir e colaborar na abertura desta capela, inserida num roteiro turístico. -----

Uma outra situação tem a ver com Fonte do Coreto da Ribalonga. Todos nós ficámos surpreendidos e, de facto, se puder ser e se o Executivo Municipal puder aprofundar estes esclarecimentos, se calhar podemos estar aqui com uma mais-valia para o Concelho.---- Muito obrigado a todos, e espero que isto possa trazer uma novidade no que se relaciona ao património. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Longe de mim vir aqui criticar o trabalho, que até me parece bem elaborado. Só que temos de partir de um ponto. É que este levantamento já começou há mais de seis ou oito anos. Portanto, já havia uma matriz do património arqueológico que a gente tinha. Se foi aperfeiçoado, ótimo. Agora, temos que ter aqui, como já foi dito, e se calhar até se vão rir, concordar com a Sra. Deputada Glória, concordo plenamente! Onde é que eu concordo? Vou dar um exemplo: em Vila Chã, a única coisa que consta neste relatório é a Anta da Fonte Coberta. Pois pudera, caramba! Ninguém consegue, neste concelho, não saber que existe a Anta com mais de cinco mil anos. -- Agora, eu lembro: Carvalho tem "nada", à semelhança do que aqui já foi dito, de património que pode ser recuperado? Quer um exemplo? Senhora dos Remédios, já identificada com placas! Não compreendo porque não foram avaliar e aperfeiçoar o trabalho já existente, se



realmente fosse preciso. Sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, também não foram avaliadas. Um cavaleiro que pertence à História, o Sr. Vice-Presidente, que é de Vila Chã, sabe que existe, também não consta. Consta aqui um Calvário em Perafita; pois tudo bem. Eu concordo, se tivesse feito o levantamento. Mas há um, na minha ótica, sou suspeito por dizer, muito melhor, em Carvalho e também não foram lá. Há um cruzeiro na Chã também! E um também em Vila Chã. Mas há um cruzeiro em Carvalho que fez parte do livro que escreveu o Padre Parente, que é uma sumidade no que concerne a arqueologia, faz parte da capa, ou melhor, a capa é só aquele cruzeiro de Carvalho. -----
Estranho, mas estranho mesmo, que não tenham ido ver esse cruzeiro e avaliá-lo, ver se tem potencial e se não tem ficava para trás. Agora, falarmos só da Anta da Fonte Coberta, toda a gente conhece a história da Fonte Coberta. E depois ainda tem outra coisa – fala aqui em recomendações para intervenções que urgem - não vejo aqui uma referência a que a Anta da Fonte Coberta precise urgentemente de intervenção. -----

Portanto, este trabalho requer ser mais apurado e requer que as coisas sejam vistas. Eu não quero pensar, nem quero sequer acreditar que as localidades que tinham um membro na Comissão foram beneficiadas com isso. Por exemplo: eu li o documento e vejo que há aqui referências a património imaterial. Tudo bem. A freguesia de Vila Chã também tem património imaterial, como por exemplo, as malhadas, e tem o património material para as malhadas, que são as eiras. Portanto, deixo aqui esta recomendação de que, realmente, a Freguesia de Vila Chã aspirava a mais. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero dizer que foi para mim um gosto, uma satisfação, fazer parte da comissão do património cultural, até porque a área do património cultural é uma área que me diz muito. Depois, dizer, em traços gerais, que este relatório abrange o Concelho de norte a sul, de leste a oeste. E dizer que alguns dos aspetos, com certeza que já eram do conhecimento da Câmara Municipal, mas houve outros, e bastantes, que nós acrescentámos. E portanto, o facto da existência desta Comissão e depois a apresentação deste relatório pode ser um motivo catalisador de progresso para o Concelho em vários domínios, nomeadamente no domínio cultural, no domínio gastronómico, económico, etc., etc., etc. -----

Dizer à Sra. Deputada Glória e ao Sr. Deputado Fernandes que com certeza que o relatório podia incorporar mais situações. Mas também nós, quando nos deslocámos às freguesias, os representantes dessas freguesias também não nos disseram aquilo que podia ser incorporado. Quando nós fomos a Favaios, os aspetos que referenciou a Deputada Glória, não nos foram referidos pelo representante de Favaios. Ou, no caso de Vila Chã, isso também aconteceu. Portanto, se existem essas falhas, digamos assim, em princípio a culpa não é nossa. -----

Depois, dizer ainda o seguinte: há várias recomendações que o relatório aponta, e vou aqui sublinhar algumas delas. Por exemplo, o relatório aponta para que um posto de turismo no Pinhão e um posto de turismo em Alijó. É absolutamente crucial. Absolutamente fundamental. Portanto, por aquilo que eu tenho vindo a dizer em relação a esta matéria, é a prova provada de que, de facto, a Comissão do Património reconhece assumidamente que



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

esta questão dos postos de turismo em Alijó e no Pinhão são cruciais. Os roteiros turísticos: desde o mandato anterior que eu tenho vindo a falar nisto. É preciso trazer os turistas ao Concelho. E dizer que, a partir deste relatório, a Câmara Municipal, o Município, há que procurar ver aquilo que é prioritário, há que concorrer aos fundos comunitários e ir pondo, na medida do possível, tudo isto em prática. Até porque isto diz respeito à cultura do nosso Concelho, e a cultura são manifestações da alma. E se ela não for bem tratada, a alma do povo, com certeza que o povo fica doente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Em primeiro lugar, queria realçar o carácter elevatório desta Comissão, constituída no seio da Assembleia Municipal. Creio que é uma prática que deve ser aprofundada e dinamizada para o futuro. Em segundo lugar, queria também realçar a capacidade de entendimento que as pessoas que compõem esta Comissão tiveram de ultrapassar, as suas clivagens políticas, os seus pontos de partida iniciais, do ponto de vista partidário, e entenderem-se naquilo que nos une. De facto, aquilo que nos une é muito mais do que aquilo que nos separa, e os membros desta comissão tiveram essa capacidade de ultrapassar naturais dificuldades, naturais pontos de vista diferentes, que são de mundividências diferentes, e pontos de origem partidária diferentes. -- Relativamente ao documento propriamente dito, é naturalmente um documento com uma mais-valia insofismável, que não tem um carácter exaustivo. Este documento não pretendia fazer um levantamento do património arqueológico do Município. O que se pretendia, e acho que era esse o desígnio da Comissão, era analisar o vasto e rico património que o Município tem, que na generalidade já é conhecido. Já existem trabalhos relativamente a este património, e apontar alguns caminhos ou algumas estratégias de valorização de algum património. Naturalmente que se compreende que, da parte de alguns representantes, sobretudo de Freguesias, haja alguma acrimónia ou alguma dificuldade em moverem algum do património riquíssimo na sua freguesia, aqui potenciado. Mas creio que não era esse o objetivo. Os caminhos que foram seguidos, os eixos que foram indicados, foram estes. --- Se os lemas da Comissão fossem outros, provavelmente os caminhos seriam também outros. Este é apenas um documento de trabalho. O trabalho que aqui está, não será trabalho nem para um ano, nem sequer para um mandato. Será uma mais-valia para o Executivo Municipal. E, de facto, a mais-valia deste documento reside na unanimidade ou no consenso que ele poderia gerar. Notou-se, do tom das intervenções que me antecederam, que haverá aqui algumas dificuldades a este nível. O que eu pedia é que essas dificuldades fossem ultrapassadas. Este não é um documento fechado, nem o próprio Executivo estará, enfim, preso às sugestões que aqui estão. Sugestões são isso mesmo, são meras recomendações, que poderão umas ser seguidas, outras não. E também não significa que outras potencialidades que aqui não são vertidas também não possam ser seguidas e potenciadas por este Executivo ou por aquele que lhe seguir. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para uma 2ª ronda de intervenções. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

Não levem como uma crítica negativa, mas sim construtiva, que era aquilo que acho que todas as críticas que foram aqui feitas, foram críticas positivas e não negativas. -----

É normal que o Sr. Deputado Luís Lameiras, que não conhece o Presidente de Junta de Favaios (que até o troque pela Deputada Glória) porque, precisamente no assunto que focou, eu também compreendo que a Comissão, devido ao vasto património que tem este Município, que não se possa focar em todos, mas sim, e por partes isso até compreendo. Mas não posso aceitar que usem desculpas como "o representante da Freguesia não esteve presente e não indicou". Não indicou, ou não esteve presente, porque foi avisado em cima da hora. E eu pergunto-lhe Deputado Lameiras: acha que uma tarde era o suficiente para ir ver o património da Freguesia de Favaios? Ou melhor, nem foi uma tarde, porque o almoço pelos vistos foi prolongado em Sanfins do Douro. Era só isto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Vou ser muito breve. Relativamente a este relatório, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Luís Lameiras falou, eu enquanto Presidente de Junta da Freguesia de Alijó, não fui contactada pela Comissão. Portanto, fiquei muito triste, muito aborrecida, e já falei com a Deputada Denisa sobre este assunto. Ver que neste relatório a única coisa, o único património que consta no relatório, é o Castro do Vilarelho, que é comum às três Freguesias. Alijó é uma freguesia muito rica em património. Era só isto que eu queria dizer. -

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho que dar os parabéns à Mesa da Assembleia por ter permitido que o Regimento da Assembleia Municipal contemplasse a criação de comissões. Temos de começar pelo princípio. E o princípio começa aqui. -----

Depois, temos de ver que há comissões eventuais e há comissões fixas. E esta é uma comissão eventual, uma comissão política, que tem o seu pendor político, a sua intenção política, de dar indicações e sugestões ao Executivo, que ele pode ou não executar, mediante as suas possibilidades económicas, políticas e ideológicas. Também, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo, porque também têm uma palavra a dizer acerca da criação desta comissão. E visto que o Sr. Presidente é o representante político desta governação, dar os parabéns por ter permitido e ter incentivado a criação desta comissão. Tenho que lhe dar os parabéns. -----

Estamos aqui a tratar de minudências. Estamos aqui a tratar de coisas, mesquinhas; desculpem, Srs. Presidentes de Junta que se sentiram prejudicados pela não visita, ou pela visita apressada. Mas isto seria, Sr. Presidente da Assembleia, eu pedia a sua benevolência, e pedia que esta Assembleia nos ouvisse, pelo menos espero que me ouçam. Vai ficar gravado, depois entretanto leem a ata. Não há problema. -----

A questão principal é esta: havia uma necessidade premente de levantamento do património, é verdade. Há aqui intenções, e claro que é um documento político, sim senhor. É um documento político! Foi levantado todo o património? Se calhar não. Mas também temos de ver a possibilidade de isso ser feito, a capacidade económica que este Município tem, para poder suportar uma comissão "ad aeternum". E nós temos de ter atenção, e temos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

que louvar a celeridade, a vontade e a disponibilidade que os elementos da Comissão tiveram. É verdade, temos que dar os parabéns. -----

Agora, estou a fazer aqui a minha apreciação como deputado municipal, desta casa, tenho todo o direito de o fazer, como vocês também têm. Agora, também não podemos estar a atacar se visitaram Favaios em cima do joelho porque entretanto o almoço se prolongou em Sanfins, por amor de Deus! Vamos falar das coisas. -----

Houve aqui trabalho, denota-se trabalho, denota-se empenho. Estão de parabéns. Agora, é de facto um documento político, de aconselhamento para aqui se fazer alguma coisa; é o início, já houve outros levantamentos, mas pronto. Mas este, estando bem ou estando mal, é um documento. Está escrito. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra à Sra. Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD.CDS-PP): Só queria dizer que não, em alguma parte, fique alguém a achar que isto é uma crítica ao documento. Se eu achasse que o documento não estava bem feito, ou tudo o que retrata não estivesse exaustivamente bem retratado, eu não estaria... O que eu acho é que ficou tanto por dizer, e era tão bom, porque nós para termos a noção do que é o Concelho, deveremos ter tudo. Então o que eu pedia, se não puder ser a Comissão, pedia era à Câmara que fizesse o restante levantamento. Porque tem todo o interesse, e eu acho que é assim que se trabalha, é ter planeado, programado, conhecer tudo, para depois poder dar a conhecer aos outros, e todos usufruirmos do património que temos. Não quero que entendam que eu, em algum ponto, quis fazer uma crítica. Não, eu quero é dar os parabéns a quem trabalhou. Possivelmente, não tiveram todo o tempo para fazer o restante. Se não puderem, eu peço é à Câmara que continue o trabalho, porque o trabalho é bem feito e é assim que se trabalha. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Não vale a pena andar aqui a vaguear por aqui e por ali. Eu não vi aqui ninguém que tivesse criticado o relatório. Não vi que ninguém tivesse criticado que estava mal feito. Agora, o que se aqui criticou, e bem, foi que não abrangeu tudo. -----

Queria também felicitar a Mesa, por ter permitido uma segunda ronda. E que devia permitir sempre, a bem da Democracia, e que toda a gente ficasse esclarecida. -----

Depois, queria dizer que, sobre a questão dos Presidentes de Junta, queria dizer que eu fui alertado pelo membro da Comissão Cláudio Vilela, salvo seja ao meio-dia ou 11 horas, eu não estava cá, não podia estar presente. Se realmente queriam a presença dos Srs. Presidentes de Junta, um dia ou dois antes, diziam "tal dia, ou podemos acertar para tal dia para a sua Freguesia". E assim teriam o acompanhamento e a ajuda. Por último, a única coisa que ressalta deste documento, é que o nosso património arqueológico está abandonado. Isso é que salta. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Eu só quero concordar plenamente com o que disse a Sra. Presidente da Junta de Alijó, que há aqui muito património de interesse turístico e penso que o levantamento está feito. E penso que o arqueólogo do Município, que é funcionário, também deve ter isso feito. Penso que o que falta, ele deve poder ajudar a



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

acrescentar. E, se por acaso, assim não for, pois que falem novamente com os Srs. Presidentes de Junta e pessoas conhecedoras do meio e é uma questão de acrescentar. Também quero dar os parabéns à Comissão, porque realmente fizeram um bom trabalho, mas o que falta há que acrescentar e acho que não vale a pena mais conversa. -----

DEPUTADA DENISA SIMÃO (PPD/PSD.CDS-PP): Eu queria esclarecer que nesta Comissão, o arqueólogo Tiago andou sempre connosco. E a Câmara esteve sempre disponível, quer em meios de transporte e funcionários, para nos acompanhar nesta Comissão, sempre disponível. O arqueólogo andou sempre connosco, exatamente para ser uma ajuda no levantamento do património. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Pereira. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): A primeira confusão, que eu acho que tem que se esclarecer, é que isto não é um inventário. Um inventário é uma outra coisa. Um inventário é uma coisa que tem de ser feita por especialistas, demora muito tempo. Não é uma comissão formada no âmbito de uma Assembleia que faz um inventário seja do que for. Para fazer um inventário de Biologia é preciso ser biólogo; para fazer um inventário de património é preciso ser técnico de património. Portanto, esta Comissão, por acaso tinha lá um ou dois, mas não era esse âmbito. O âmbito deste documento é absolutamente político. É assim mesmo, é político. -----

Vamos olhar para o território. Foram criados três eixos. O que aí se enumera são três eixos onde devem ser priorizados critérios de investimento autárquico. Estes três eixos correspondem: primeiro eixo – ocidental, Rio Pinhão. Objetivo: tirar os turistas do Pinhão, pô-los a percorrer o vale, injetá-los no território. E depois, é responsabilidade das Juntas ter esses inventários preparados para ter o que mostrar a quem vier por esse percurso. Este é o primeiro percurso. Segundo percurso: virado ao Vale do Tua. Pensa-se, e de certeza que vai acontecer, o processo de desenvolvimento turístico ali devido aos projetos que estão programados. Este é o segundo eixo. Objetivo: tirar as pessoas que visitam esse local e injetá-los no território. Terceiro eixo: eixo Norte. É um eixo de entrada natural. É o eixo de Vila Verde, o eixo do Pópulo. Também deve ser valorizado. -----

A intenção que esteve subjacente a este documento foi esta ideia, pura e simplesmente. Porque se nós tivéssemos que fazer um inventário, nós tínhamos um relatório, não com vinte páginas, tínhamos um relatório com trezentas ou quatrocentas páginas! E isso não se adequa a uma Comissão do Património! Desculpem, não se adequa! Portanto, este é um documento político, que faz sugestões para que se alavanque o processo de desenvolvimento local, a partir de um recurso, a partir de uma sinergia, que é o Património. O objetivo é este, mais nenhum. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Sr. Deputado. Em relação às Juntas de freguesia de Favaios, Alijó e Sanfins, naturalmente já são visitadas, naturalmente também há monumentos e há peças arqueológicas que já estão visíveis. Portanto acho que privilegiar a parte mais isolada do Concelho, não parece nada mal. -----

Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser muito sintético para dizer o seguinte: não me vou focar no relatório, porque o leu, toda a gente



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

sabe. Concordo com as intervenções genéricas que aqui foram feitas por toda a gente. Mas pronto, foram estes os eixos que a Comissão entendeu. Agora, como sabem, isto foi uma comissão criada no sentido de criar um documento que possa ser uma recomendação ao Executivo Municipal para o desenvolvimento turístico do Concelho. Portanto, na Comissão do Património, ele foi votado por unanimidade por todos os seus membros, era importante também que nesta Assembleia Municipal este documento recebesse um cariz político e uma votação maioritária para viabilizar o mesmo e que fosse uma recomendação ao Executivo. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu queria antes de mais deixar aqui um profundo agradecimento a toda a Comissão do Património Cultural criada no seio desta Assembleia. Já se disse aqui, e bem, que não se pretendia fazer um levantamento exaustivo de todo o património cultural. Não compete a esta Comissão fazê-lo. Obviamente, para isso há equipas especializadas. Mas, fará sentido que se faça no futuro. -----

Para mim, como documento político, um trabalho político, chamemos-lhe assim, é extremamente importante. Está muito bem estruturado, foram efetivamente definidos aqui três eixos zonais, que são três verdadeiras linhas mestras de uma futura atuação do Executivo no âmbito do património cultural do nosso Concelho, com as quais concordo plenamente. Nesta matéria, acho que a Comissão teve uma visão estratégica valiosíssima. Mas este estudo, para mim, tem uma outra virtude, se me permitem. Acho que vai permitir despertar muitas consciências para a necessidade de conhecer, inventariar, caracterizar, valorizar, recuperando e preservando o nosso património cultural. -----

No que toca ao Executivo, daremos especial atenção às recomendações que aqui são reproduzidas. Muito importantes, devo reconhecer. Estaremos atentos nos próximos anos, no trabalho, aquando da elaboração dos nossos documentos previsionais, e dos nossos planos e projetos para a Cultura. Estaremos especialmente atentos a este vosso trabalho e, como disse, às recomendações que aqui nos deixaram. Portanto, a todos que participaram, que redigiram, que coordenaram e que ajudaram a Comissão, muito obrigado pelo trabalho desenvolvido. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 2: Relatório da Comissão do Património Cultural**, tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor, 2 (duas) abstenções e 1 (um) voto contra, assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17): José Alberto Queirós Canelas, Mário Joaquim Vaz, Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão, Rui Francisco Morais Lopes, António Samuel Lopes Fernandes da Cunha, Maria da Glória de Carvalho Veiga, Márcio Miguel Monteiro Ribeiro, Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso, António João Teixeira Borges, Aurelina Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira, Raffaele Liberato Batista, Luís Filipe Pires de Moraes Pinto, José Toni Carneiro Afonso, Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro, Nuno Filipe Aires Jorge, Rogério António de Lima e André José Teixeira Pinto. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

31

Bancada do PS (11): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos Santos, Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda, Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

Bancada do BE (2) -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (2): Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo e António Joaquim Fernandes. -----

Contra: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (1): Faustino Meireles Moreira. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 3: Pedido de reconhecimento do interesse das populações, da economia local e do turismo na execução das obras de requalificação da área envolvente ao Santuário da Nossa Senhora da Boa Morte no Pópulo.** -----

Passa a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Foi-nos solicitado, pela Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial do Pópulo, um pedido de declaração de interesse para as populações e para a economia local relativamente à execução de obras de requalificação na envolvente ao Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte. Estou em crer que se procederá à apresentação de uma candidatura a fundos comunitários. Julgo que será esse o motivo. E esta Comissão precisa que a Assembleia delibere nesse sentido para que possa ser reforçada a sua candidatura aos fundos. É isto que se solicita à Assembleia, que delibere no sentido de reconhecer o interesse para as populações e para a economia local deste projeto. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu o período de inscrições. -----

Dá a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): É só para felicitar a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial do Pópulo pela requalificação da área envolvente e exterior ao Santuário da Nossa Senhora da Boa Morte. Deixo aqui este incentivo, porque realmente, nos tempos que correm, e com poucas obras no Concelho, é uma mais-valia quer para a localidade, quer para a zona norte, quer para o Concelho no seu todo. Portanto, congratulo-me com esta obra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado Filipe Jorge. -----

DEPUTADO FILIPE JORGE (PPD/PSD.CDS-PP): Em relação ao ponto em análise, gostaria de agradecer ao Executivo Municipal a atenção dispensada na análise do pedido feito pela Fábrica da Igreja Paroquial do Pópulo, bem como lembrar a decisão da aprovação por unanimidade, do reconhecimento de interesse das populações, da economia local, do turismo, na execução das obras de requalificação da área envolvente ao Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte. De facto, é um local com enorme interesse turístico e de grande interesse para a população. Nele situam-se imóveis classificados de interesse



público: o Castro de São Marco, Capela de Nossa Senhora da Boa Morte e o Cruzeiro. E onde mensalmente se realiza uma feira considerada a melhor feira do Concelho de Alijó, ou até dos concelhos limítrofes. Que em muito tem contribuído para o desenvolvimento local. Este espaço ainda se encontra maioritariamente em terra batida, sendo de extrema importância que sejam feitas obras de requalificação, de forma a melhorar as condições de acesso a todos os visitantes. -----

Face ao exposto, apelo a todos os membros desta Assembleia Municipal que aprovelem esta proposta por unanimidade. Apelo ainda ao Executivo Municipal e a esta Assembleia Municipal que futuramente possam aprovar um investimento por parte da Câmara Municipal na continuidade da requalificação deste espaço, bem como da requalificação da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. Um monumento com enorme patrimonial, que necessita de uma intervenção urgente. A Fábrica da Igreja tem feito melhorias na área envolvente, com muito esforço, dedicação e com os donativos da população. No entanto, para as intervenções que urgem ser feitas, serão necessárias verbas que ultrapassam a capacidade de resposta da Comissão Fabriqueira da Igreja. -----

Também quero deixar aqui mais um apelo e um alerta, que é o seguinte: já aqui se falou em discriminação, eu continuo e acho que posso aqui afirmar que se calhar esta Freguesia, agora União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, também ao longo de todos estes anos foi discriminada, no que toca a fazer obras naquele Santuário. Comparado com outros locais, onde andaram para aí a gastar dinheiro, que a gente passa lá, e vê perfeitamente, como é que estão as coisas e como é que elas foram feitas. Porque, na altura, também uns Presidentes de Junta eram filhos e outros eram enteados. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Eu vinha propor que esta aprovação fosse uma aprovação e com voto de louvor e aclamação, uma vez que esta Fábrica da Igreja Paroquial do Pópulo demonstrou grande gosto por aquilo que é a Cultura, por aquilo que é a religiosidade e por aquilo que é um marco histórico, visto que é a envolvência do Castro da Touca Rota. Estão ali a fazer beneficiação com muita vontade e com muita abnegação. Como há possibilidade de subsidiação, acho que esta é em boa medida, uma boa ajuda por parte do Município, dar essa designação para que a Comissão possa beneficiar do dito subsídio. É só. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Só para dizer o seguinte: não é preciso apelar ao voto por unanimidade, que da nossa parte a bancada vai votar favoravelmente este ponto e todos aqueles que vierem com o mesmo sentido. Claro que nós reconhecemos o interesse do património do Santuário da Boa Morte do Pópulo, do Castro, da Capela também, que é um património riquíssimo. Nesse sentido, queria também dizer que, há cerca de um ano, votamos uma moção aqui também por unanimidade para que fosse retirado aquele poste de alta tensão do Castro do Pópulo. Também é outro ponto que é importantíssimo, que ele saia de lá o mais rápido possível. -----

Portanto, também dar os parabéns à Comissão Fabriqueira do Pópulo e que isto seja também um exemplo para todas as outras associações, comissões fabriqueiras, que são



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33

muito ricas no nosso Concelho, para que também se possam candidatar a projetos de interesse para o nosso Concelho, a fundos europeus, para que fique mais fácil chegarmos ao desenvolvimento desejado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Congratulamo-nos com a intenção da Fábrica da Igreja Paroquial do Pópulo no sentido de requalificar a área envolvente ao Santuário da Senhora da Boa Morte. Trata-se de um espaço que assume uma grande relevância, tanto no contexto religioso como no civil. Ali se realiza uma feira mensal que tem vindo a crescer de forma contínua e sustentada, com grande projeção especialmente na zona norte do Concelho e parte do concelho de Murça. Ali se fazem as festividades anuais em honra de Nossa Senhora da Boa Morte, participadas pela população do Concelho, tendo por epicentro a Capela de Nossa Sra. da Boa Morte. E ali se acede ao Castro de São Marco ou da Touca Rota, importante património arqueológico concelhio. -----

A declaração de reconhecimento do interesse das populações, economia local e do turismo que é pedida a esta Assembleia é um passo necessário à obtenção de financiamento para a intervenção preconizada. Da parte do PSD e do CDS, é com muito gosto que, no âmbito das nossas atribuições e competências, nos associamos a esta louvável e interessante iniciativa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca a votação o **PONTO 3: Pedido de reconhecimento do interesse das populações, da economia local e do turismo na execução das obras de requalificação da área envolvente ao Santuário da Nossa Senhora da Boa Morte no Pópulo**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 33 (trinta e três) votos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Vamos entrar, entre o ponto 4 e 23, na transferência de competências para as autarquias Locais. -----

Pedia ao Presidente da Câmara, de uma forma genérica, para que faça uma apresentação global, e depois, evidentemente, a votação será ponto a ponto, porque assim o exige. -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Considerando que tenho que sair, impreterivelmente, às 17h30, gostaria de deixar aqui uma apresentação genérica de todas estas propostas, até porque já foram analisadas em Câmara. Os Srs. Deputados estão familiarizados com muitas destas competências, sendo que algumas delas já foram aqui apreciadas, inclusive para 2019. -----

Depois de termos passado este meio ano a conhecer melhor toda a matéria a transferir para os Municípios, de termos estudado melhor as implicações que isto pode ter no funcionamento dos serviços do Município, depois de termos ponderado bem até que ponto o Município tem ou não capacidade para dar resposta no imediato a estas competências. Entendemos que deveríamos propor à Câmara e agora aqui à Assembleia aceitar todas as competências para 2020, com exceção, e vou explicar porquê, das competências em matéria de Educação e Saúde. Quanto aos transportes regulares náuticos pura e simplesmente não têm aplicabilidade no âmbito do nosso Município. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

34

Depois de estudarmos os quadros ou os valores que nos propõem em matéria de transferência de competências na área da Educação, e depois de consultados e de termos confrontado os valores que nos eram propostos e os apurados localmente, temos a certeza absoluta que a disparidade de valores é enorme, qualquer coisa na ordem dos quinhentos mil euros, por ano. Ou seja, se o Município neste momento aceitasse já a competência para o ano letivo 2019/2020, iria ter no final do ano letivo um prejuízo na ordem dos quinhentos mil euros -----

Só para terem uma ideia, nos quadros que nos são propostos, em matéria de recursos humanos, por exemplo, é proposto ao Município que aceite determinado número de funcionários. Por exemplo, cinquenta. Os encargos mensais, com esses cinquenta funcionários, entre assistentes operacionais, assistentes administrativos e pessoal não docente, dos encargos mensais com esse pessoal, tem um determinado valor real a suportar. Mas o valor que é transferido por via da transferência desta competência é alocado a um determinado rácio. E o rácio prevê um funcionário, um assistente operacional, um assistente administrativo por "x" alunos. Ou seja, o financiamento que nos é proposto é de acordo com esse rácio. Sendo certo que o número real de funcionários que iríamos necessitar é muito superior ao rácio. Em termos de educação, a diferença anda à volta dos quinhentos mil euros, por ano. -----

Em matéria de Saúde, algo muito parecido se passa também. O Executivo desenvolveu um trabalho intenso com os serviços distritais de saúde, com os serviços do norte de saúde. E também aí a disparidade é enorme. Verificámos, por exemplo, que há funcionários ainda com vínculo precário aqui no nosso Centro de Saúde, nas extensões de saúde, que o Ministério da Saúde pura e simplesmente não regularizou atempadamente. Das duas uma: ou o Ministério os despede, porque eles estão efetivamente a trabalhar de forma ilegal, porque houve um tempo dado por lei para que o vínculo fosse regularizado, e não foram. E como não foram, não são contabilizados nos quadros que nos mandam. Em matéria de Saúde, a diferença é na ordem dos cem mil euros, por ano. -----

E estas são efetivamente as duas competências verdadeiramente impactantes no orçamento municipal, que podem levar ao descalabro completo de um Município pequeno como o nosso. Admito perfeitamente que um grande Município, uma grande cidade possa ter recursos para acudir a esta diferença de valores. No caso do Município de Alijó, isto pode ser pura e simplesmente catastrófico. Portanto, nós decidimos propor a não-aceitação para 2020 e, se nada mudar e nada for feito entretanto, aceitá-la-emos em 2021. Sendo certo que tentaremos negociar os valores, tentando subi-los, porque terá que ser assim mesmo, com os serviços regionais dos respetivos ministérios. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Interrompe os trabalhos para um breve intervalo. -----

----- **INTERVALO** -----

PRESIDENTE DA MESA: Retoma a sessão. Pede aos líderes das bancadas para fazerem uma exposição geral sobre os pontos 4 a 23 – Transferência de Competências para as Autarquias Locais. Dá a palavra ao Deputado Márcio Ribeiro. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Se é certo que a descentralização de competências da Administração Central para as Autarquias Locais é em princípio positiva, pelos ganhos de eficiência e eficácia no tratamento dos assuntos e em face de um maior conhecimento da realidade local por parte das autarquias, é igualmente certo que a aceitação de competências deve ser precedida de uma análise rigorosa, séria e responsável das consequências que daí podem advir para o Município. Seja a nível de impacte financeiro, seja a nível do impacte no domínio da organização interna das autarquias, onde avulta a adequação dos recursos humanos, dos instrumentos legais e regulamentares aplicáveis à nova realidade. Uma transferência de competências que não seja acompanhada de uma ponderação e análise adequadas pode colocar em causa o equilíbrio autárquico, nomeadamente na sua vertente financeira. -----

Foi precisamente por essas razões que o Município, através desta Assembleia Municipal e sob proposta do Executivo, rejeitou todas as competências para o ano de 2019. Não houve aqui qualquer motivação ideológica ou sequer partidária. Foram razões de mera prudência na administração da coisa pública, que devem constituir uma verdadeira marca de ágio da atuação dos órgãos autárquicos. A prova de que não são razões de ordem político-partidária que determinaram a opção de não-aceitação de transferência de competências para o ano de 2019 reside no facto de as pretendermos aceitar para o ano de 2020, excetuando naturalmente aquelas que envolvem uma componente financeira elevada, e em que não existem elementos seguros dos encargos associados à transferência de competências. ----- De acordo com a informação vertida nas diversas propostas em apreciação, o Município conseguirá acautelar o impacte do recebimento das novas competências que pretende aceitar e adequará, para o ano de 2020, toda a sua estrutura humana, regulamentar e financeira à nova realidade. -----

Tive oportunidade, em anteriores sessões desta Assembleia, de criticar o processo legislativo que culminou na aprovação da Lei n.º 50/2018 e dos diplomas sectoriais correspondentes. Chegou-se ao cúmulo de o prazo para a pronúncia por parte da Assembleia, em algumas matérias específicas, terminar mais cedo para o ano de 2020 do que para o ano de 2019. É o caso das competências no domínio da Saúde, em que o prazo para pronúncia para 2020 termina em 30 de junho deste ano e o prazo de pronúncia para 2019 ainda nem sequer começou a correr, pois só se iniciará a partir da publicação do despacho com os concretos montantes de financiamento das novas competências. ----- Seria bem mais fácil publicar a lei de quadro durante o ano de 2018 e a efetiva transferência de competências entrar em vigor, de forma universal e para todo o território nacional, no início de 2020, servindo o ano de 2019 para os municípios fazerem os ajustamentos pertinentes. -----

Desde há muito que tem existido uma preocupação de codificação e de comprovação num único diploma das diversas matérias e domínios da competência das autarquias. Foi assim com a Lei n.º 79/77, com o Decreto-Lei n.º 100/84, com a Lei n.º 169/99, e igualmente com a Lei n.º 75/2013. A partir de agora, o que teremos é a coexistência das competências previstas na Lei n.º 75/2013 com cerca de duas dezenas de diplomas avulsos sobre outros tantos domínios de competência autárquica. É a verdadeira anarquia legislativa, ao que



acresce a aporia verdadeiramente insuprível de, até 2021, ser impossível termos um quadro geral nacional sobre a distribuição das diversas competências, ora em apreciação. -----
No município "A" existe, por exemplo, um conjunto de competências transferidas em 2019; outras apenas em 2020. No município "B" não se aceita nada até 2021. No município "C" aceita-se logo tudo. No município "D" aceita-se para 2020 e rejeitou-se para 2019. As possibilidades de combinação são praticamente infinitas. E os utentes dos serviços terão, caso a caso e de forma puramente casuística, de tentar perceber o estado da arte, ou seja, de perceber se naquele Município em concreto, naquele ano específico, naquela competência em particular, a responsabilidade é do Município ou se se mantém ainda na Administração Central. -----

Seria bem fácil operacionalizar a transferência de competências através da sua incorporação na Lei n.º 75/2013 ou eventualmente numa nova Lei das Autarquias Locais. - Os valores a transferir sê-lo-iam do mesmo modo, que já acontece agora relativamente às restantes transferências da Administração Central, para as Autarquias. Este pacote de transferência de competências é um pacote tímido. Poder-se-ia ir mais longe. No fundo, é a velha máxima de Lampedusa em todo o seu esplendor "é preciso que algo mude para que tudo fique na mesma". -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Logo na fundação, o Partido Socialista contemplava na sua Carta de Princípios a aproximação da Administração Central aos cidadãos, tendo previsto desde sempre esse facto através da regionalização. No entanto, esse passo não pode ser dado de uma só vez, pelo que desde sempre e quando o Partido Socialista tem governado o país, tem dados passos seguros com esse objetivo no horizonte. -----

Já aqui afirmei que a descentralização é uma das formas de transferir do Governo Central para as Autarquias Locais o poder de decisão, quer sejam Municípios ou Juntas de Freguesia, assim como nas Comunidades Intermunicipais, onde os Municípios são agrupados por regiões com a mesma afinidade territorial, e assim ganharem escala nas decisões que envolvem obras e serviços supramunicipais, essenciais para a região onde se inserem. -----

Este processo de descentralização de competências que o governo socialista iniciou, em janeiro deste ano, apresenta sem dúvida o maior passo algum dia dado por um governo na aproximação da Administração Central aos cidadãos. Através desta delegação de competências nos Municípios, nas Freguesias e nas Comunidades Intermunicipais. As Autarquias Locais e os cidadãos vão ganhar celeridade e eficácia na resolução de muitos dos seus problemas. -----

Lembro ainda que a nossa matriz socialista fez com que em 2018, aqui no nosso Município, perante uma proposta do atual Executivo Municipal de acabar com o protocolo de delegação de competências que o Município tinha delegado nas Freguesias, o PS votasse contra. É nossa convicção que muitas das obras ou serviços realizados pelas Freguesias em vez dos Municípios, assim como obras realizadas pelos Municípios em vez do Poder Central, tornam-se economicamente mais vantajosos, com mais competitividade para a governação e são um fator de coesão territorial cada vez mais determinante na região onde nos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

encontramos, já por si muito desertificada. -----

Nós, já na sessão da Assembleia Municipal de janeiro, votamos favoravelmente a aceitação de algumas das competências para o ano de 2019. Os princípios que apontávamos na altura são os mesmos que hoje nos levam a votar favoravelmente a aceitação da maioria das competências delegadas pelo governo. Esses princípios são os seguintes: -----

As competências, a que se refere a presente proposta, não põem em causa as finanças municipais uma vez que o financiamento das mesmas é assegurado pelo acréscimo das receitas próprias do Município. -----

É importante que a concretização deste passo não comprometa a sustentabilidade financeira do Município, logo podemos verificar que as competências na área da Educação, Saúde e Cultura implicam um financiamento mais elevado do Orçamento de Estado. É certo que ainda não estão publicados os diplomas referentes ao financiamento para estas competências, mas estão previstos. Essa é a razão da nossa abstenção nessas competências específicas. -----

É também uma forma de os Municípios decidirem o que fazer e quando fazer no seu território. Problemas que se vêm a arrastar no tempo por pareceres e decisões superiores vão agora tornar-se mais céleres e concretizáveis. -----

Mais uma vez, e agora com um ano de atraso relativamente à proposta inicial do governo, aceitar as competências que nos são delegadas é uma forma de acabar de vez com a desculpa que não se fazem obras porque o governo não decide, não financia e não resolve. No entanto, o governo não impôs a aceitação deste diploma de descentralização de competências já no presente ano, deixando às Autarquias Locais a escolha da data de entrada em vigor das mesmas, sendo que o Município de Alijó só as vai aceitar para 2020. Perdeu-se aqui um ano de adaptação às mesmas, onde o Município de Alijó teve a oportunidade de ter tomado a dianteira em relação a muitos outros Municípios, atendendo a que o prazo de aceitação definitiva está previsto para 2021. -----

Volto a frisar, esta não foi uma lei feita à pressa, como foi a lei do anterior governo PSD/CDS, sobre a reorganização administrativa, em que fundiu administrativamente a partir de Lisboa muitas Freguesias contra a vontade das mesmas. Fundindo desde logo freguesias que não se identificavam umas com as outras e causando muitos problemas que se vêm prolongando até hoje, e que é necessário corrigir, estando já em cima da mesa o início da solução para esse problema. Relembro que no nosso concelho foram criadas quatro uniões de Freguesias, cujas populações não se revêem, nas mesmas, até aos dias de hoje. E que criou desigualdades enormes, inclusive nas transferências de capitais da Câmara Municipal para as Freguesias, onde assistimos às maiores Freguesias do nosso Concelho a receberem valores mais baixos que Freguesias muito mais pequenas. -----

O mesmo se passou na Justiça, com o encerramento e conseqüente centralização dos tribunais, levada a cabo pelo governo PSD/CDS de Passos Coelho e Paulo Portas. Felizmente e em boa hora, o atual governo voltou a abrir tribunais encerrados, para que todos os concelhos tenham uma representação permanente da justiça. -----

Lembro ainda as negociações que decorreram e que estão de acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Sim, esta lei não foi feita à revelia das autarquias! Foi

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38

feita com a vontade das autarquias! -----

A descentralização para as Juntas de Freguesia prevê a abertura de espaços do Cidadão que só serão concretizáveis com o acordo entre as Freguesias, o Município e a AMA (*Agência para a Modernização Administrativa*). Acho que essas competências já deveriam ter sido aceites no presente ano, até porque o concelho de Alijó foi pioneiro na criação deste tipo de gabinetes quando implementou, em algumas vilas do nosso concelho mais afastadas da sede, o GAC (*Gabinete de Apoio ao Cidadão*). No fundo, é aceitar aquilo que muitas das Juntas de Freguesia fazem todos os dias, como o apoio no preenchimento do IRS, segurança social, pedido de certidões, etc. Neste, como em outros campos, o importante é ir à frente e ser pioneiro. Só assim poderemos estar mais próximos e presentes e prestar um bom serviço aos cidadãos. -----

Não posso terminar sem deixar aqui deixar uma palavra de apreço ao nosso Primeiro-Ministro António Costa, que foi um autarca de referência, presidente da maior câmara deste país, com muita experiência na governação autárquica, sensibilidade, competência e determinação para, conjuntamente com todo o governo, começar em 2019 a realizar uma alteração na relação da Administração Central com as Autarquias Locais e com as Comunidades Intermunicipais, e assim levar por diante a aproximação do governo aos cidadãos. Sem dúvida que este é um passo importante, que só poderia ser feito com um grande especialista em diálogo. Através do diálogo, António Costa liderou o Governo nesta legislatura e vai completá-la. Muitos vaticinaram que seria um governo de curta duração, apelidaram-no no sentido depreciativo de geringonça, mas a geringonça funcionou e acima de tudo melhorou o nosso país! -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Pereira. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): Como já a este propósito referimos, o BE considera que a transferência de competências para as autarquias locais vai agravar as desigualdades territoriais. E é para nós inadmissível a desresponsabilização do Estado Central nas funções sociais de âmbito universal como são a Educação, a Saúde e a Cultura. Este processo descentralizador não tem qualquer fundamentação credível. Careceu de uma democrática discussão pública, e não foi alicerçado financeiramente para que possa vingar. -----

Já aqui o dissemos, mas voltamos a repetir. Consideramos que esta pseudo-descentralização virá criar um aumento das desigualdades territoriais e não contribuirá em nada para a necessária e urgente coesão territorial. O Bloco de Esquerda defende um processo de descentralização assente num projeto de regionalização do país, e não nesta proposta descentralizadora, que consideramos precipitada, não discutida, e pouco clarificada. O BE defende um processo de regionalização que no futuro possa e venha a ser bem conduzido, discutido, participado, e bem planeado. Um processo de regionalização capaz de gerar uma transformação territorial operativa, não discriminatória, e que dote cada região de uma autonomia financeira assente numa distribuição justa dos recursos nacionais para um desagravamento das desigualdades territoriais, de forma a solidificar e a reforçar um processo gradual de coesão territorial e social. -----

Consideramos ainda irónico que este processo de descentralização, concertado na Assembleia da República entre o PS e o PSD, e materializado através da Lei n.º 50/2018,



siga já neste ano de 2019 uma abertura do Sr. Presidente da República e de vários sectores do PS e do PSD para colocar novamente em discussão pública, ou em discussão política, a questão da regionalização. Um sintoma este, de voltar à regionalização, um sintoma diria eu mais do que evidente da leviandade política de que se reveste esta intenção pouco estruturada e pouco garantida financeiramente de transferência de competências para as autarquias locais. -----

Por esse motivo, pelo que no passado afirmámos, e pelo que hoje voltamos a afirmar, o BE vota contra, rejeitando todas as propostas de transferência de competências propostas a votação na sessão de hoje da Assembleia Municipal de Alijó. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 4: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2019.** -----

Dá a palavra ao Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Neste ponto em concreto, e tal como já referi na minha intervenção genérica acerca dos pontos de delegação de competências para as autarquias locais, é necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual Governo. Nesta transferência de competências, este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios.-----

No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. Há ainda algumas questões que devem ser esclarecidas. Este é o motivo da nossa abstenção (estas declarações devem ser transcritas nos pontos 4, 5, 21 e 22). -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só para dizer que esta intenção, ou esta forma, ou esta iniciativa de descentralizar é algo que é muito caro aos socialistas em geral, e aos socialistas de Alijó em particular. Entendemos que a descentralização do Governo Central é boa para as autarquias. É bom para as pessoas do interior. -----

Então não andam permanentemente a queixar-se da centralidade do país, que é preciso descentralizar, é preciso descentralizar, e quando há alguém que tem a coragem de, com tempo, num período de três anos, as pessoas ponderarem todos os índices, como o económico, e até já há quem não vote nenhum dos pontos. Cada um é livre de fazer o que quiser. Agora também nós somos livres de pensar que a descentralização, como pensa muita gente, não é só no campo económico, não é só no dinheiro! Tem de ser em tudo. Porque, dos discursos que eu ouvi, das intervenções que eu ouvi, se vierem carradas de dinheiro está muito bem, e a gente aceita! Se não vier dinheiro, não nos serve! Não pode ser só pelo dinheiro. Sabe porque é que querem o dinheiro? Porque esse filme a gente já o viu muitas vezes. É para comprar, comprar, comprar até a consciência das pessoas. E isso é muito mau. -----

Tendo em conta que este ponto específico, por isso é que se está a falar neste ponto, por isso é que vamos votar ponto por ponto, nós somos razoáveis e entendemos que não está



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

bem esclarecida a parte económica. Entendemos, neste ponto, por não estar bem esclarecido, aceitamos; veja que não somos cétricos, nem andamos aqui ao mando de ninguém. Pensamos por cabeça própria, Sr. Deputado. Por isso, como vê, a gente pensa, analisa, e depois age. E então desta forma vamos agir assim: eu próprio, tendo em conta esta parte, não estar ainda bem esclarecida (mas ainda há tempo!) vou-me abster. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): A declaração de voto do Partido Socialista, quer na Câmara, quer aqui na Assembleia, retirada das declarações das pessoas que deviam ter o uso da palavra, dá razão ao sentido de voto da Coligação nos diversos diplomas sectoriais para 2019. De facto, o que aqui se diz é que, de momento, há ainda questões que devem ser esclarecidas. Isto determinou que o Partido Socialista não vá, neste ponto em concreto, aceitar competências. Para a Coligação foi, relativamente ao ano 2019, por questões de prudência, e por haver questões que ainda deviam ser esclarecidas, foi isso que nos levou a votar contra. -----

O Deputado Cláudio disse que esta não é uma lei feita à pressa. Até concedo que a lei não tenha sido feita à pressa. É mal feita! Porque, de facto, nós temos um prazo de até 30 de junho para nos pronunciarmos sobre esta competência em concreto da Educação. Independentemente dos mapas. Ou seja, o grande timoneiro António Costa, que tudo sabe, e com a sua grande capacidade de diálogo e legislativa, pelos vistos, quer-nos vincular a aceitar competências relativamente às quais não sabemos qual é o impacte, nomeadamente financeiro. -----

O Sr. Deputado Fernandes diz que a questão financeira não é importante. Mas pelos vistos foi a questão financeira que o levou a não aprovar esta transferência de competências. Se a transferência de competências é uma coisa tão boa, porque é que não as aceitam todas? Porque é que, neste ponto concreto, não as aceitam, pergunto? E já agora, pergunto o seguinte: porquê a razão da abstenção? Nesta matéria, ou se é favorável ou se é contra. Ou é sim, ou é não. A vossa posição é "nim". Se, de facto, concordam, votam favoravelmente. Ficam em cima da ponte. Há aqui falta de coragem política. No fundo, colam-se na posição do Governo para não terem a coragem de votar contra esta competência em concreto. ----- Naturalmente que nós votaremos contra, pelas razões que já aqui foram elencadas pelo Sr. Presidente da Câmara. Não se sabe qual é o impacte que poderá advir da transferência desta competência ao nível da Educação para o Município. As contas, que ainda são contas provisórias, não auguram nada de bom. Portanto, a prudência neste particular, nomeadamente para não voltar a colocar as contas do Município em crise, aconselha a que votemos contra a aceitação desta competência. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Na política, não vale tudo. Não vale tudo, e eu ponho entre aspas, a "artístice" política de entregar um presente envenenado de competências que não acompanham com o pacote financeiro que realmente esta competência merece. Sabemos perfeitamente, como o Sr. Presidente da Câmara falou de rácios, e os rácios são sempre feitos por baixo. E nós não queremos, ao facilitar e ao estar a dar condições na Saúde às pessoas, e ao aceitar as competências na Saúde às pessoas,



não vamos tirar outros benefícios a essas mesmas pessoas. Sim, a Educação. Olhe, esta minha intervenção vale para a Saúde e para a Educação. Porque é o mesmo motivo. Porque vamos ter que integrar pessoas no mapa de pessoal do Município. Porque vamos ter que integrar veículos, se é que aquilo se pode chamar veículos. No que diz respeito à Saúde, porque já não são veículos, são assim umas coisas, infelizmente, muito mal tratadas. Vai ter que haver substituição de veículos. Vai ter que haver substituição de equipamentos. Muitos equipamentos físicos vão ter que sofrer fortes e grandes reparações. E tudo isso tem que ser incluído no pacote financeiro. -----

Porque se não houver um reforço da verba, o Município vai ter que tirar de outras rúbricas. Vamos ter que tirar às obras, de que tanto falam. Vamos ter que tirar às obras! Vamos ter que tirar à gratuidade dos transportes dos estudantes. Vamos ter que tirar a esse tipo de coisas. Porque depois não chega. Ou então endividamo-nos! Então andamos armados em maluquinhos! Andamos a pagar até agora oito milhões de dívidas, e agora vamos fazer mais dívida por que não recebemos o pacote financeiro adequado a este tipo de competências? --

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 4: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2019**, tendo sido aprovado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 10 (dez) abstenções: -----

- A não-aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01, para o ano de 2019; -----

- Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (18), -----

Bancada do PS (3): Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Bancada do BE (2). -----

Abstencção: -----

Bancada do PS (10): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos Santos, António Joaquim Fernandes e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **Ponto 5 da ordem do dia – Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2019. Abre as inscrições para intervenção, tendo-se inscrito os Srs. Deputados António Fernandes e Márcio Ribeiro.** -----

O Representante da Bancada do Partido Socialista apresenta a seguinte **declaração de voto:**-----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

Neste ponto em concreto, e tal como já referi na minha intervenção genérica acerca dos pontos de delegação de competências para as autarquias locais, é necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual Governo. Nesta transferência de competências, este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. Há ainda algumas questões que devem ser esclarecidas. Este é o motivo da nossa abstenção. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu vou aqui dar um conselho ao Sr. Presidente da Assembleia. Um: arranjar um guarda-chuva, por causa da água; o outro é colocar ali uma câmara para o Sr. Deputado Márcio, se quiser inscrever-se, escusa de torcer o pescoço, porque qualquer dia vamos ter que o levar ao médico. Está sempre à espera que eu me inscreva para se inscrever depois. -----

Então vamos ver isto: para responder ao Sr. Deputado Márcio, vou aqui dizer só duas ou três notas, e não me vou desviar do assunto. Então, quando a gente vota contra, é porque somos cétricos, é porque obedecemos ao Governo, é porque não olhamos à razão. Votamos contra porque votamos contra, já o disse várias vezes. Quando nós somos razoáveis, olhamos para o assunto e entendemos que se pode e deve, a bem do Município como sempre o fizemos. Ah que não nós podemos fazer, diz o Sr. Deputado Márcio. Então, em que é que ficamos? -----

É caso para lhe perguntar se o Sr. Deputado Márcio e a bancada, se realmente quer que sejamos submissos como o Sr. é, e como tem sido sempre. Nós não andamos orientados por ninguém. Nós, Partido Socialista, somos gente livre, democratas, e fazemos aquilo que entendemos. Meta isto na sua cabeça de uma vez por todas, Sr. Deputado. E aprenda também a respeitar-nos! Porque da forma que fala, não respeita ninguém desta bancada. É muito mau que a gente tenha que estar com estas coisas quando o Sr. Presidente da Mesa apelou ao bom senso. Como é que podemos ter bom senso, se estamos constantemente a ser picados? -----

E também queria dizer ao Sr. Deputado Rui Lopes, que faz parte dum partido, que esse partido fez parte de um governo, que foi o governo que mais regalias tiraram na Saúde, e que mais mal fez à Saúde em Portugal. Portanto, pelas razões apontadas, eu vou continuar a abster-me. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): O diploma sectorial da Saúde é, diante das cerca de duas dezenas que nos são apresentados, aquele que pior técnica legislativa revela. Neste caso, em concreto, estamos para o ano de 2019, que é fácil de ver, estamos no final de junho, os prazos ainda não começaram a correr. Embora nos estejamos a pronunciar por antecipação, os prazos não começaram sequer ainda a correr para nos pronunciarmos para o ano de 2019. Para quem não saiba, este ano começou a 1 de janeiro. Para 2020, o prazo é 30 de junho. É aquele caso em que temos de nos pronunciar mais cedo para 2020 do que para 2019. De facto, há aqui um ímpeto descentralizador do Partido Socialista. É pena que não o saibam fazer. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

Relativamente às considerações pessoais do Sr. Deputado António Fernandes, lamento mas vou deixá-lo a falar sozinho, porque não tem relevância suficiente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 5: Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2019.** -----

Não havendo inscrições coloca a votação o ponto introduzido, tendo sido aprovado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 10 (dez) abstenções: -----

- A não-aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2019; -----

- Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (18), -----

Bancada do PS (3): Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (10): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos Santos, António Joaquim Fernandes e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 6: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2019.** -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que veem reforçadas as suas competências, assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado, promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou numa lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. As competências nas áreas da Educação e Saúde, cuja transferência pressupõe o respetivo financiamento pelo Orçamento de Estado, não estão ainda nesta data esclarecidas as questões fundamentais do ponto de vista financeiro. Não é o caso das competências a que se refere a presente proposta, uma vez que não põem em causa as finanças municipais. -----

Por isso, nós entendemos que o Município deveria aceitar já estas competências para o corrente ano (estas declarações devem ser transcritas nos pontos 6 e 7). -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Parece que quanto mais o Sr. Presidente apela à harmonia, mais baixam o nível. Eu queria dizer para o Sr. Deputado me informar onde é a sua casa, para eu me desviar de lá, que eu não como em manjedoura... -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado, Está a exceder-se! -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Já vou concluir... E eu sei que o Sr. Deputado é mestre em baixar o nível desta Assembleia. Lamento que não consiga, porque nós não entramos no seu jogo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 6: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2019**, tendo sido aprovado por maioria, com 20 (vinte) votos a favor, 5 (cinco) abstenções e 8 (oito) votos contra: -----

- A não-aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04, para o ano de 2019; -----

- Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (18), -----

Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (5): Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Fernando Gerardo Alves de Sousa, Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Contra: -----

Bancada do PS (8): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio



Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Luís Horácio Macedo dos Santos e António Joaquim Fernandes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 7: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas portuárias náuticas, para o ano de 2019, não havendo inscrições.** -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que veem reforçadas as suas competências, assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra.-----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das autarquias locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou numa lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. As competências nas áreas da Educação e Saúde, cuja transferência pressupõe o respetivo financiamento pelo Orçamento de Estado, não estão ainda nesta data esclarecidas as questões fundamentais do ponto de vista financeiro. Não é o caso das competências a que se refere a presente proposta, uma vez que não põem em causa as finanças municipais. -----

Por isso, nós entendemos que o Município deveria aceitar já estas competências para o corrente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 7: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas portuárias náuticas, para o ano de 2019**, tendo sido aprovado por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 2 (duas) abstenções e 8 (oito) votos contra: -----

A não-aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05, para o ano de 2019; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----



Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (18), -----

Bancada do PS (3): Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (2): Joaquim Augusto dos Santos Veloso e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

Contra: -----

Bancada do PS (8): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Luís Horácio Macedo dos Santos e António Joaquim Fernandes. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 8: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020.** -----

Abre período de inscrições. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----



PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só para dizer que, pronto, também se muda de voto quando nos interessa. Porque em 2018 votou-se contra e agora vota-se a favor. Estou a falar da bancada do PSD-CDS. Porque nós, da outra vez, já votámos favoravelmente. E agora vejo aqui que os Srs. Vereadores, e nós também, na Câmara, foi votado por unanimidade. Portanto, também mudaram de opinião. E deve-se mudar de opinião. Mas só não mudaram de opinião numa coisa: enquanto, que agora este Governo Central descentraliza e dá competências às Autarquias Locais, esta Câmara em 2018 tirou competências às Juntas de Freguesia. Isto é que é a essência política e é isto que devemos debater e é isto que devemos ter em conta – a evolução que muitas bancadas têm. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. -----

Eu só queria referir que, efetivamente, aquilo que o Sr. Presidente tem assumido e todo o Executivo assumiu, que é preparar da forma melhor, mais preparada, mais analisada, sobre todos aqueles pontos que estavam na transferência de competências. Como imaginam, quando se faz a aprovação de uma série de medidas para execução em 2019, logo a 22 de novembro de 2018, e vêm a esta Assembleia propostas para aceitar novas competências a 30 de janeiro de 2019, não é fácil para quem está a gerir. -----

Primeiro: ter tempo para avaliar o impacte total destas competências, não só a nível económico, mas também em termos de mudança de serviços, o que é que é necessário, a regulamentação que é necessária criar, etc. Reparem também que o *delay* entre a decisão para 2019 e para 2020 são cinco meses. Nós decidimos aqui, votamos a 30 de janeiro para 2019, e hoje a 27 de junho, já estamos a votar para 2020. Portanto, é óbvio que a preparação é outra, o tempo que é dado ao Município é outro. -----

O Executivo quando preparar o orçamento de 2020 e tendo em consideração todas estas competências que senhores vão votar agora, pode ponderar efetivamente a afetação, quer em termos de quadros de pessoal, quer em termos de disponibilidade financeira, até o próprio impacte que essas medidas têm. -----

Mais, uma das provas que o Executivo não analisou estas medidas só apenas com um cariz ideológico, acho que também o reconhecem, o PSD e o CDS em matéria de regionalização, também está na nossa génese. Foi defendido e debatido durante muitos anos. Não me parece que tenhamos nem um avanço, nem recuo, relativamente às vossas posições. É óbvio que tem que ser é com responsabilidade, e também lhes lembro uma coisa: há três anos atrás, com as limitações que o Município tinha, pergunto que tipo de alterações conseguiria fazer com as limitações financeiras que o próprio Município tinha? -----

Portanto, não são três anos, são dois anos para se decidir, porque em junho de 2020, quer queiramos, quer não, já estamos a aceitar para 2021. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 8: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, nos**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE

ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

termos do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020, tendo sido aprovado, por maioria, com 29 (vinte e nove) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (12). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 9: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à exploração das modalidades de jogos de fortuna ou azar, com exceção dos jogos sociais à cota de base territorial, nos termos do Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020.** ----Não se verifica qualquer inscrição. -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **Ponto 9 – Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à exploração das**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

49

modalidades de jogos de fortuna ou azar, com exceção dos jogos sociais à cota de base territorial, nos termos do Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27/11/2018, para o ano de 2020, tendo sido aprovado, por maioria, com 29 (vinte e nove) votos a favor e 2 (dois) votos contra:

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (12). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introdúz o PUNTO 10: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das estradas nos perímetros urbanos e dos equipamentos e infraestruturas nelas integradas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28/11/2018, para o ano de 2020. -----

Não há inscrições. -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



PRESIDENTE DA MESA: Coloca á votação o **PONTO 10: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à gestão das estradas nos perímetros urbanos e dos equipamentos e infraestruturas nelas integradas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28/11/2018, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado, por maioria, com 29 (vinte e nove) votos a favor e 2 (dois) votos contra:

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (12). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 11: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência, rede de julgados de paz e apoio às vítimas, nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** -----

Não se verificam inscrições dos Srs. Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

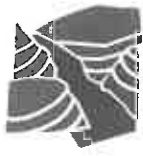
Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites



para o presente ano. -----
Estas minhas declarações devem ser transcritas nos pontos 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 23. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 11: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à reinserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência, rede de julgados de paz e apoio às vítimas, nos termos do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020, tendo sido aprovado, por maioria, com 29 (vinte e nove) votos a favor e 2 (dois) votos contra:** -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (12). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 12: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, no que concerne à proteção civil, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** -----

Abre período de inscrições para intervenção. -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que veem reforçadas as suas competências, assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou numa lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de



2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. As competências nas áreas da Educação e Saúde, cuja transferência pressupõe o respetivo financiamento pelo Orçamento de Estado, não estão ainda nesta data esclarecidas as questões fundamentais do ponto de vista financeiro. Não é o caso das competências a que se refere a presente proposta, uma vez que não põem em causa as finanças Municipais. -----

Neste caso são competências a transferir para o Município e para a Comunidade Intermunicipal. Com esta transferência, os municípios passam a ter a competência para apoiar as EIP (Equipas de Intervenção Permanente) do nosso Concelho. -----

Como sabem, em Alijó funciona uma EIP, e poderia funcionar uma 2ª equipa tivesse a Câmara aceite a proposta para a criação da mesma, como foi já debatido na última Assembleia Municipal. No entanto, no futuro, esta EIP existente pode ter a sua continuação comprometida no caso da não aceitação desta competência. Por isso somos favoráveis à transferência desta competência para a Câmara Municipal e já poderia ter sido aceite para o corrente ano. -----

Quanto à questão da transferência da competência para a CIM de emitir parecer prévio para a instalação de novos quartéis dos corpos de bombeiros, temos muitas reservas, pois pode comprometer a decisão de construção de um novo quartel em Sanfins do Douro, que é a necessidade mais urgente, a este nível, atualmente no nosso concelho, tal como já referi na sessão da Assembleia Municipal de janeiro de 2019. -----

Saliento ainda que este ponto veio como proposta da reunião de Câmara Municipal com duas deliberações, sendo aprovado por unanimidade a transferência de competências para o Município e aprovado por maioria com os votos contra dos vereadores do Partido Socialista a transferência desta competência específica em matéria de proteção civil para a Comunidade Intermunicipal. Sendo que a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal pretendia votar a transferência de competência em matéria de proteção civil para o Município favoravelmente, e votar contra a transferência de emitir parecer prévio para a construção de novos quartéis pela CIM. Atendendo a que não foi possível separar a votação, o nosso voto é a abstenção. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Apenas usar da palavra para realçar a hipocrisia socialista na medida em que nos deu ímpeto descentralizador do governo do PS, mas depois vota contra a descentralização de uma determinada competência. Em pelo menos três áreas, o Partido Socialista não acompanha o ímpeto descentralizador do Governo. A descentralização é boa às segundas, quartas e sextas, e é má nos restantes dias. -----

Relativamente aos dois pontos que assumem alguma importância, digo o seguinte: quanto às EIP, é demagógico dizer que a aceitação ou não aceitação da transferência de competências pode ter impacte na possibilidade de continuação da medida. Lembro apenas



que a EIP foi criada sem a necessidade de qualquer descentralização de competências. Não foi a descentralização que fez com que a EIP fosse ou não criada. Ela não foi necessária neste domínio. Portanto, com ou sem descentralização, há EIP. -----

Relativamente à questão do quartel de Sanfins, que é uma situação importantíssima, faço aqui uma declaração de princípio. Durante a maior parte do tempo em que vivi neste Concelho, a corporação de bombeiros era o suporte em duas localidades onde residi. É pertinente a agremiação dos Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro que sempre que, pessoalmente, eu precisei, prestou um serviço de qualidade. E, naturalmente, quero aqui relevar a importância desta associação. -----

Relativamente à possibilidade do quartel, nós devemos analisar as coisas tal como elas são. Ou seja, a CIM dá apenas um parecer prévio, que nem sequer é vinculativo. A decisão não é da Comunidade Intermunicipal. Dá um parecer prévio. Sendo certo que, a partir de 2021, é indiferente que aceitemos ou não a transferência de competências. Ela vigorará. Portanto, ou o projeto do quartel avança até lá, e esta questão é válida, ou a partir daí este ímpeto descentralizador do Partido Socialista poderá de facto, e de acordo com a própria argumentação do Partido Socialista, digo isto sem qualquer acrimónia, poderá prejudicar a possibilidade de construção do quartel, utilizando a argumentação do próprio Partido Socialista. -----

De todo o modo, sendo certo que a descentralização no domínio das Comunidades Intermunicipais pressupõe a unanimidade da aceitação por todos os municípios que a integram, e sabendo nós de antemão que isso não vai acontecer, também esta situação de não estarmos sujeitos a qualquer parecer prévio, que pode ser negativo, relativamente ao quartel, nem sequer se põe. É absolutamente inócua a questão da transferência de competências para a CIM no que diz respeito ao quartel de Sanfins do Douro, que todos nós, naturalmente, quando a questão se colocar, estaremos aqui para a defender. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 12: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, no que concerne à proteção civil, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado por maioria, com 20 (vinte) votos a favor, 10 (dez) abstenções e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (3): Evaristo José Luxo Hipólito, Joaquim Augusto dos Santos Veloso e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (10): Alípio de Almeida Alves, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel



da Silva Lameiras, Luís Horácio Macedo dos Santos, Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda, Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique e António Joaquim Fernandes. -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 13: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne a lojas de cidadão, espaços cidadão, gabinetes de apoio aos emigrantes, centros locais de apoio à integração de migrantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** -Não há inscrições dos Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das autarquias locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 13: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne a lojas de cidadão, espaços cidadão, gabinetes de apoio aos emigrantes, centros locais de apoio à integração de migrantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

55

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 14: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à habitação, nos termos do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** -----

-Não há inscrições dos Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 14: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à habitação, nos termos do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----



Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 15: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao património imobiliário público, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** ----

Não há inscrições dos Srs. Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. ----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 15: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao património imobiliário público, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020,** tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introdúz o **PONTO 16: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao estacionamento público, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** ----

Não há inscrições dos Srs. Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. ----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 16: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao estacionamento público, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 29/11/2018, para o ano de 2020.** É deliberado aprovar, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11, para o ano de 2020; -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduz **PONTO 17: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, nos domínios de proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020.** -----

Não há inscrições dos Deputados. -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 17: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, nos domínios de proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, nos termos do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020,** tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----



A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 18: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à Cultura, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020.** -----

Não há inscrições dos Srs. Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Põe à votação o **PONTO 18: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne à Cultura, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

60

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 19: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2020.** -----

Não há inscrições dos Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 19: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne ao serviço de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores, nos termos do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2020, tendo sido aprovado, por maioria, com 30**

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



(trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 20: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019, para o ano de 2020.** -----

Não há inscrições dos Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de 2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 20: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às áreas afetas à atividade**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

62

de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019, para o ano de 2020, tendo sido aprovado, por maioria, com 30 (trinta) votos a favor e 2 (dois) votos contra: -----

A aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Contra: -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introdúz o PONTO 21: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2020. -----

Não há inscrições dos Deputados. -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto em concreto, e tal como já referi na minha intervenção genérica acerca dos pontos de delegação de competências para as autarquias locais, é necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual Governo. Nesta transferência de competências, este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. Há ainda algumas questões que devem ser esclarecidas. Este é o motivo da nossa abstenção. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o PONTO 21: Proposta de transferência de competências para as Autarquias Locais, no que concerne às competências relativas ao planeamento, à gestão e à realização de investimentos na área da Educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2020, aprovar, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor e 10 (dez) abstenções: -----

A não-aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (3): Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (10): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos Santos, António Joaquim Fernandes e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 22: Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2020.** -----

Não há inscrições dos Deputados. -----

O **Deputado Cláudio Vilela**, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto em concreto, e tal como já referi na minha intervenção genérica acerca dos pontos de delegação de competências para as autarquias locais, é necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual Governo. Nesta transferência de competências, este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. No entanto, é importante que o processo de descentralização não comprometa a sustentabilidade financeira do Município. Há ainda algumas questões que devem ser esclarecidas. Este é o motivo da nossa abstenção. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 22: Proposta de descentralização de competências no domínio da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2020**, tendo sido aprovado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 9 (dez) abstenções: -----

A não aceitação da transferência de competências para a Autarquia previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, para o ano de 2020; -----

Comunicar, nos termos legais, a presente deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (4): Luís Horácio Macedo dos Santos, Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique. -----

Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (9): Alípio de Almeida Alves, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Luís Manuel da Silva Lameiras, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, António Joaquim Fernandes e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 23: Proposta de delegação de competências de autoridade municipal de transportes na CIMDOURO, ao abrigo da Lei**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

64
[Handwritten signatures]

n.º 52/2015, de 09/06. -----

Dá a palavra ao Sr. Vice-Presidente para prestar alguns esclarecimentos. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: É só para alertar que esta proposta não é uma proposta de transferência de competências, é uma proposta de delegação de competências, uma competência que já existe no Município e que vai ser transferida para a CIMDOURO, relacionada com a autoridade de transportes. -----

Julgo que até no documento deve ter havido algum engano, porque o Partido Socialista anexou a mesma declaração de voto que fez nas delegações atrás. Também nos documentos da Câmara julgo que há um erro, porque vem precisamente com o ímpeto de descentralização por parte do Governo, e isto efetivamente já está no Município a partir de 2015, que é a autoridade de transporte. Portanto, não é na mesma sequência das delegações anteriores, é uma delegação aqui à CIMDOURO. É o ímpeto, seguiu e passou esta declaração. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições para intervenção. -----

Passa a palavra ao Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só para analisar o que disse, a ideia com que fiquei do que disse o Sr. Vice-Presidente. Não é sequer uma transferência, e também não compete a esta Assembleia aceitar ou não. Porque nós não vamos aceitar nem deixar de aceitar. É uma delegação da Autarquia na CIMDOURO, Entendi bem, Sr. Vice-presidente? --

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Aqui o ímpeto descentralizador é do Município. É o Município que delega competências na CIMDOURO. Estamos num ímpeto descentralizador de competências para a CIMDOURO. Estamos a descentralizar, aqui o Município está a descentralizar, está em grande, viva o Município de Alijó! -----

O Deputado Cláudio Vilela, representante da Bancada do Partido Socialista, apresenta a seguinte declaração de voto: -----

Neste ponto é necessário salientar a importância do processo de descentralização de competências, um passo determinante para a melhoria dos serviços públicos, através de uma gestão de proximidade dos territórios mais célere e próxima dos cidadãos. Isto traduz-se em ganhos de eficiência e melhor funcionamento dos serviços públicos. -----

Saliento também a valorização das Autarquias Locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), que vêm reforçadas as suas competências assumindo um papel determinante na governação do seu território. -----

Estamos totalmente de acordo com o princípio da descentralização, que tal como já foi afirmado promove a coesão territorial. Foi também este princípio que nos fez criticar o fim das delegações de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do nosso Concelho, levada a cabo pelo atual Executivo no ano de 2018, com o nosso voto contra. -----

É necessário salientar e elogiar a vontade e determinação do atual governo nesta transferência de competências. Este processo é determinante no dia-a-dia das Autarquias Locais, pois reforça cada vez mais o papel assumido na gestão dos seus territórios. Passou da teoria à prática e apresentou na lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, publicada em 16 de agosto de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

65

2018, e dos diplomas sectoriais com o objetivo de concretização da transferência de novas competências. Saliento o consenso e acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estamos de acordo na aceitação destas competências, as quais poderiam já ter sido aceites para o presente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 23: Proposta de delegação de competências de autoridade municipal de transportes na CIMDOURO, ao abrigo da Lei n.º 52/2015, de 09/06**, tendo sido aprovado por maioria, com 30 (trinta) votos a favor, 1 (uma) abstenção e 1 (um) voto contra: -----

A delegação de competências de autoridade municipal de transportes na CIMDOURO, ao abrigo dos art.ºs 6.º e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 09/06; -----

A minuta do contrato interadministrativo. -----

Sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP (17), -----

Bancada do PS (13). -----

Abstenção: -----

Bancada do BE (1): António Luís Pereira. -----

Contra: -----

Bancada do BE (1): António Augusto Pinto Rocha. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 24: Presente a 19.ª modificação aos DP2019 – Revisão.** -----

Dá a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta necessidade de fazer alteração dos Documentos Previsionais advém de, uma alteração por causa da questão da Autoridade Tributária, em que há um acerto entre a derrama e um outro imposto; da necessidade de ajustar o valor do projeto de requalificação do Edifício dos Paços do Concelho e com a questão do concurso que vai ser lançado de energia elétrica, que é o ponto precisamente que vem a seguir. É uma questão plurianual, em que tem que ser devidamente cabimentada, e neste momento ainda não está feito. Portanto, é esta a retificação que estamos a propor. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo pedidos de intervenção, coloca à votação o **PONTO 24: Presente a 19.ª modificação aos DP2019 – Revisão**, tendo sido aprovado por unanimidade, com 32 (trinta e dois) votos. -----

Introduce o **PONTO 25: Presente pedido de assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2020 e 2021, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da lei n.º 8/2012 de 21/02 e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, para aquisição de energia elétrica, para os anos económicos de 2020/2021.** -----

Dá a palavra ao Vice-Presidente. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 27-06-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Os Srs. Deputados já sabem, tão bem como nós, os compromissos plurianuais têm que ser autorizados pela Assembleia Municipal, e portanto está aqui a solicitação da autorização. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo pedidos de intervenção, coloca à votação o **PONTO 25: Presente pedido de assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2020 e 2021, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da lei n.º 8/2012 de 21/02 e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, para aquisição de energia elétrica, para os anos económicos de 2020/2021, tendo sido aprovado por unanimidade, com 32 (trinta e dois) votos.** -----

Introduz o **PONTO 26: Proposta de suspensão parcial do PDM_Equipamentos: Forças de Segurança e Administração Local.** -----

Dá a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Como foi referido aqui pelos Srs. Deputados da bancada do PS, o Município celebrou um protocolo para a execução do novo quartel do GNR. É óbvio que também o Município, é verdade, tem que agradecer o ímpeto, neste caso, de renovação do quartel da GNR, há muito tempo merecido. E não é só com a questão do Estado que o Município executa obras, mas também com a nossa colaboração. -----

Como sabem, o projeto, a fiscalização e o desenvolvimento é todo da parte do Município e têm aqui mais uma prova disso, que é um pedido de suspensão do PDM. Depois, terá outras questões de operacionalização que irão ser feitas mais para a frente, mas que também levam tempo aos nossos funcionários e ocupam o Município, ocupam os Srs. Deputados e não ocupam só a Sr.ª Secretária de Estado. -----

Trabalhando em equipa, efetivamente as coisas vão para a frente. Não se pode ver só um dos mapas. Têm de se ver todos. Portanto, escolhemos solicitar esta alteração, para que, naquela zona, estando definida uma OPG, seja possível efetuar nos terrenos que o Município cedeu a construção do quartel novo para a GNR. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para intervenção. -----

Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Sem querer discordar do que disse o Sr. Vice-Presidente, e bem, queria muito sinceramente enquanto alijoense, nado e criado, e a continuar cá, a continuar a darmos esforço para a economia local. Queria lembrar o Sr. Vice-Presidente que isso não invalida que não tenha sido uma obra planeada, e o dinheiro que vem do Governo Central para esta obra podia ir para outro Concelho qualquer. Portanto, daí a razão de eu agradecer ao Governo Central em ter tido cuidado de transferir esta verba para o nosso Município. Acho que este ato de gratidão, não devia ser só o Partido Socialista, deviam ser também as outras bancadas a concordarem com isto. E a concordarmos ainda mais. Venham mais obras! Que é assim que se consegue dinamizar o Concelho. -----

Para lembrar também, e bem, e estou grato por lhes darem continuidade. Esta obra, esta ideia está aqui, o terreno já desde a tal e malfadada para a bancada do lado, governação socialista, também previu e arranjou terreno para que esta obra agora se possa realizar. Logo, estamos todos de parabéns. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE

ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Continuamos aqui com o ímpeto progressista e pelo bem da nossa terra, das nossas gentes, pela segurança das pessoas, pelo bem-estar dos militares da GNR que trabalham neste Concelho. É minha opinião, é opinião geral que o equipamento urbano onde estão sediados está muito degradado. E quero dar os parabéns a este Executivo, porque tudo fez para que a verba disponibilizada pelo ímpeto progressista do Partido Socialista, que está no Governo, e os restantes elementos que apoiam esta geringonça decidiram investir aqui. Mas se a Autarquia não faz "pressão", não mexe as suas influências e não faz o sacrifício e não "chateia" a Secretária de Estado e depois há a assinatura do protocolo num mês, depois passa para o outro e passa para não sei quê... até que enfim chegou. E também cabe ao Município oferecer, já que tem disponível, o terreno, porque então o Governo teria que ou comprar, ou expropriar, fazer alguma coisa. Se o Município não fizesse alguma coisa, tinha que ser o Governo. E a alteração do PDM, que é uma responsabilidade do Município, é uma responsabilidade da Autarquia, também tem que ser feito. Por isso, aqui os meus parabéns ao Município e a este Executivo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Queria só valorizar o investimento que o Governo Central vai fazer aqui no nosso Concelho, na construção de um quartel novo da GNR. Era o que faltava, que o Município, perante um investimento desta dimensão não cedesse o terreno, que até tinha disponível para a construção do mesmo. Portanto, aquele terreno não servia para mais nada. Também se não o disponibilizasse agora, era um erro crasso do Município. -----

Portanto, o terreno foi disponibilizado, o edifício vai ser construído, a GNR vai ter um quartel novo. Cá está, é uma concretização de um compromisso do Governo socialista para com o Concelho de Alijó – a construção de um novo quartel. Tal como foi uma concretização de um compromisso quando foi construída a Pousada da Juventude no Concelho de Alijó. Que, lembrem-se bem, andou extraviada por outros Concelhos a mando de outros Governos. Mas não, o Governo socialista cumpriu. Trouxe para o Concelho de Alijó. Tal como foi o Centro de Saúde. Era uma necessidade, era um compromisso. E cá está. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Eu até ia prescindir da palavra, mas é necessário fazer aqui uma correção. É evidente que há um conjunto de equipamentos que dependem da Administração Central. O Deputado Cláudio Vilela fez-lhes, e muito bem, referência. Enganou-se, contudo, num deles. O Centro de Saúde cuja decisão de construir foi, por acaso, de um governo do PSD. Era primeiro-ministro Durão Barroso, era essa precisão que se impunha fazer. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 26: Proposta de suspensão parcial do PDM_Equipamentos: Forças de Segurança e Administração Local**, tendo sido aprovado por unanimidade, com 33 (trinta e três) votos. -----

Introduz o **PONTO 27: Pedido de dois lugares de estacionamento reservado a cargas e descargas e clientes dos CTT, na Rua Comendador José Rufino, em Alijó, para**



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

68

aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09. Não havendo intervenções neste ponto, procede à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com 33 (trinta e três) votos. -----

Introduz o PONTO 28: Presente petição pública pela completa requalificação e reabertura da linha do Douro (Ermesinde-Barca de Alva e subsequente ligação a Salamanca). -----

Abre período de inscrições para intervenção. -----

Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Não podia deixar de dizer aqui alguma coisa relativamente a esta questão, por várias razões. Uma delas é porque sou ferroviário e conheço bem esta realidade. Outra, porque sou transmontano e ainda duriense. -----

Lamentavelmente, há cerca de 30 anos, o troço de Pocinho a Barca de Alva encerrou. Sendo que a Linha do Douro, uma linha com ligação internacional, era a linha que mais movimento tinha em termos de mercadorias e em termos de passageiros. Por isso, há coisas, há decisões que às vezes, não se percebem muito bem porque é que elas acontecem. Até porque não há explicações para esse efeito. -----

Esta petição sustenta aqui um conjunto vasto de argumentação em favor da reabertura do troço, aqui não diz, mas é do troço do Pocinho até à Barca de Alva, mas acho que a linha está aberta até ao Pocinho. E fazia todo o sentido, pelas razões aforadas e fundamentadas nesta petição, e destacava aqui a questão dos passageiros, a questão das mercadorias, e também outras questões. Como hoje o Douro é Património da Humanidade, não é por acaso que é Património da Humanidade, isto tem a ver basicamente pela sublimação da natureza, como pela mão do Homem. Portanto, a paisagem entre o Pocinho e a Barca de Alva é deslumbrante. Depois, temos agora aqui a questão do Vale do Tua. O turismo cada vez mais e melhor, a florescer. Portanto, mesmo a própria IP, que é a detentora das infraestruturas ferroviárias, já fez um estudo em que é favorável a que a reabertura possa acontecer. -----

Para mim, seria um regozijo enorme que este troço entre o Pocinho e a Barca de Alva reabrisse. E depois, com a ligação internacional. Por isso, eu já assinei esta petição *online* e apelava a todos quantos aqui estão para fazerem o mesmo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Como é sabido, o partido que represento sempre se bateu pela reabertura deste troço até Barca de Alva. Como também se tem batido pela eletrificação de todo o troço. -----

Mas há aqui uma coisa que me entristece e que quero alertar as pessoas. Decerto, muitas delas já sabem, e se alguns não sabem, eu vou alertar. Há aqui uma intenção da IP, como o Sr. Deputado Luís Lameiras disse, de aumentar e de prolongar. Mas também vejo aqui uma vontade da IP de acabar com a manutenção da mesma linha, quando retirou as equipas de manutenção da Régua. É evidente que isso depois vai ser substituído por equipas subcontratadas e contratadas a tarefeiros e não sei quê. Mas o que nós sabemos, e o Sr. Deputado faz parte, peço desculpa, estou a falar de si porque faz parte da instituição, e deve saber, é preferível ter técnicos da casa que conhecem as coisas, conhecem a linha,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

conhecem os problemas da própria linha, do que ter tarefeiros. Também não sou contra os tarefeiros, porque há de haver pessoas nessas equipas que há de ter conhecimento, se calhar até transferidas do público para o privado. Mas entristece-me quando o sector público, o Estado, também se demite dessas responsabilidades. -----

Eu se pudesse assinava dez vezes pelo Interior, pelo Douro. Também sou transmontano, também sou duriense, nado e criado, e com muito amor a esta terra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Queria só dizer que também já assinei a petição. Aliás, eu penso que na nossa bancada toda a gente já assinou a petição, até porque houve alguém que levou uma proposta a uma reunião da comissão política e toda a gente assinou voluntariamente. Não foi nenhuma obrigação, foi mesmo por aceitação da proposta. -----

Depois, quero dizer, quero corroborar tudo aquilo que já aqui foi dito relativamente à Linha do Douro, e acrescentar apenas o seguinte: se o Douro é Património Mundial, também o deve à Linha do Douro. Porque foi essencial na construção deste deslumbrante Património Natural.-----

Quero dizer também, e tive conhecimento há pouco, penso que muita gente ainda não viu a notícia. Acontece que o Governo, hoje mesmo, aprovou em Conselho de Ministros um conjunto de medidas com vista à salvaguarda de um serviço público ferroviário de qualidade, num investimento plurianual de 45M€, dos quais 9M€ são para executar já em 2019. Ontem mesmo, o Governo também tinha dado nota que pretendia abrir, a breve prazo, as oficinas de manutenção de Ermesinde e Contumil, para manutenção urgente de muitas máquinas e carruagens que se encontram paradas em estaleiro, e que serão colocadas a funcionar para substituir maquinaria que vem sendo alugada a Espanha. Portanto, o Governo tem mostrado também, lá está, esse ímpeto de apoio à ferrovia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): No decurso desta sessão da Assembleia Municipal, estivemos de acordo em algumas matérias e dissentimos noutras tantas. É significativo o facto de encerrarmos a Ordem do Dia com um ponto que consinta a unidade e consenso de todas as forças políticas e partidárias presentes. -----

O assunto que nos ocupa, para ir além do mais que o caracteriza, o cunho marcadamente regional que nos irmana da defesa da Linha do Douro, e em todas as repercussões positivas que o funcionamento em pleno da ferrovia na região traz associado. -----

A apresentação de uma petição pública à Assembleia da República é um importante instrumento de pressão junto daqueles que em primeira linha têm o poder e o dever de defender a região e a coesão territorial do País. É assim natural que nos associemos de forma convicta e empenhada a esta petição. Esperemos que a voz desta região ecoe bem alto, em Lisboa, e que as pretensões vertidas no documento que analisamos sejam integralmente atendidas. Aqui também é Portugal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rogério Lima. -----

DEPUTADO ROGÉRIO LIMA (PPD/PSD.CDS-PP): É para dizer que eu também já assinei a petição. É o ímpeto descentralizador, levar o comboio a Barca de Alva. Mas eu até ia mais longe: com este ímpeto descentralizador, dinamizar Barca de Alva e transformar Barca de



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE

ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

70

Alva numa cidade transfronteiriça. Seria importante para esta região que Barca de Alva se tornasse numa grande cidade transfronteiriça. Mas também gostava de lembrar esta Assembleia que nós temos no nosso Concelho, ali perto do Tua, encerrada entre o Tua e o Cachão, desde que os decisores políticos tomaram a decisão de construir a Barragem do Tua. No entanto, desde o ano de 2011 que a população ribeirinha reivindica a criação da linha do lado direito da albufeira do Rio Tua. Acontece que, para além da população, também na altura vários políticos da região, entre eles o Dr. José Silvano, ao tempo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, e o próprio CDS, na altura, fez um comunicado público reivindicando a construção da linha férrea no lado direito da albufeira. Pelo que deixo (o apelo) aqui à Assembleia Municipal para que ela própria aprecie uma petição pública a exigir do poder político a construção da linha férrea entre o Tua e a Brunheda, já que a mesma seria com certeza um polo de desenvolvimento económico e social para o nosso concelho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Ora muito bem. Eu queria, muito sinceramente, lembrar esta Assembleia que veio no jornal *O Público*, dia 23 de junho, um Sr. Dr. Miguel Cadilhe, ex-Ministro das Finanças do vosso adorado Cavaco Silva, fazer *mea culpa* ou até pedir desculpas por ter sido ele a criar o monstro, com tantos tentáculos, que não deixou que esta região se desenvolvesse. -----

Foi nesse governo que se fechou a Linha do Douro. Infelizmente, como dizem agora, não teve o ímpeto favorável ao Douro. E sobre isso também queria dizer que deviam pagar direitos de autor, porque esse ímpeto já o vi noutro sítio qualquer. Mas aproveitaram, ainda bem que a gente diz coisas que os Srs. aproveitam.-----

Depois, também lhes queria dizer que tenho pena, mas tenho mesmo pena, mas tarda o que nunca vem, diz o povo, tenho pena que o nosso Presidente da Câmara, no documento de promoção do Douro que perspetivava para os próximos dez anos o desenvolvimento da linha e o investimento na linha, o Sr. Presidente não defendeu isso. Peço desculpa por ele não estar aqui, porque se estivesse eu diria na mesma. Olha, foi mais um mau ímpeto. -----

Depois, também queria dizer, olha agora um bom ímpeto: este governo socialista teve o ímpeto de já garantir o investimento até ao Pinhão, porque antes só chegava à Régua. Eu estive em reuniões, o Sr. Vice-presidente não esteve, mas eu estive, onde foi garantido precisamente pelo Partido Socialista. Mas vamos acompanhar os bons ímpetos, não é? -----

Depois, eu queria, para finalizar e para não me alongar, pedia encarecidamente, a bem do desenvolvimento e do investimento na Linha do Douro, e por sua vez no Concelho de Alijó, termino com estas palavras: ficava grato se esta Assembleia votasse por unanimidade, tivesse o ímpeto de votar por unanimidade este ponto. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente da Junta de Vila Chã se me convidar, um dia destes nunca se sabe, se eu não vou lá espreitar uma reunião do PS. Efetivamente, do Governo está demonstrada essa intenção. Foi falado, também posso falar das intenções dos nossos deputados distritais, não faz muito tempo, relativamente às paredes, às barragens e por aí afora. Não estamos a falar de comboios, Sr. Deputado, se eu quiser falar da Casa do

ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE

ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Douro, eu falo da Casa do Douro, estou a falar dos comboios. E lamento, lamento que numa petição destas os Srs. venham trazer aqui aspetos laterais. -----

Portanto, o Sr. Presidente não estando, a única coisa que eu lhe posso dizer é que efetivamente aquilo que o Sr. disse não é verdade. Agora, o que é verdade é que no plano de investimento do Governo não está a Linha do Douro. Por isso, essa é factual. Portanto, a partir daí tirem as ilações que quiserem. -----

PRESIDENTE DA MESA: O que está aqui em questão é para dar conhecimento e aceitar ou não aceitar assinar esta petição. Portanto, dou por encerrado este ponto. Proponho às pessoas que entendam assinar, está aqui disponível para todos assinarem. -----

Do **PONTO 28: Presente petição pública pela completa requalificação e reabertura da linha do Douro (Ermesinde-Barca de Alva e subsequente ligação a Salamanca)** a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. -----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/09/2019, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA
Assinaturas manuscritas:
Mário João
Denise Sousa Simões